



ORDEM DA  
TRINDADE

## **RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ANO 2020**



## ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| Convocação da Assembleia Geral.....               | 4  |
| Corpos Gerentes para o triénio de 2019-2022 ..... | 5  |
| Relatório de Gestão da Mesa Administrativa.....   | 6  |
| Demonstrações Financeiras .....                   | 36 |
| Parecer da Junta Consultiva.....                  | 77 |
| Certificação Legal das Contas.....                | 84 |





# ORDEM DA TRINDADE

## CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

De harmonia com os Artigos 40º. e 42º. dos Estatutos convido todos os Irmãos que se encontram nas condições do Artigo 15º. a reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Sede da Ordem, pelas 15:30 horas, do dia 29 de Março, com a seguinte:

### ORDEM DO DIA

1.- Apreciação e votação do Relatório, Balanço e Contas da Mesa Administrativa e respetivo parecer da Junta Consultiva, referentes à Gerência de 2020;

2.- Deliberação sobre a proposta de aplicação dos resultados;

3.- Aprovação da reestruturação do financiamento com o Banco BPI, incluindo o ajustamento do quadro de garantias desse financiamento;

4.- Aprovação da alienação dos imóveis da Ordem da Trindade sítos na Avenida Rodrigues de Freitas e na Praça Carlos Alberto;

5.- Discutir sobre outros assuntos de interesse para a Instituição.

Se à hora marcada não comparecer o número legal de Irmãos, a Assembleia funcionará, em segunda convocatória, 30 minutos depois, no mesmo local, com qualquer número de Irmãos e com a mesma Ordem do Dia.

Porto e Secretaria da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, 13 de Março de 2021

O PRESIDENTE DA MESA DA

ASSEMBLEIA GERAL,



(Prof. Dr. Rui Miguel Marrana)



ORDEM DA  
TRINDADE

**CORPOS GERENTES**  
PARA O TRIÉNIO DE 2019 - 2022

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

|                        |   |
|------------------------|---|
| <b>Presidente</b>      | - Rui Miguel Sousa Simões Fernandes Marrana (Dr.) |
| <b>Vice-Presidente</b> | - José Adriano Seródio de Magalhães (Dr.)         |
| <b>Secretário</b>      | - José Avelino Taveira da Fonseca (Dr.)           |
| <b>Vice-Secretário</b> | - Pedro Manuel Seara Cardoso Perez (Dr.)          |
| <b>Vice-Secretário</b> | - André Sérgio Navarro Noronha (Dr.)              |

**JUNTA CONSULTIVA - EFECTIVOS**

|                        |   |
|------------------------|---|
| <b>Presidente</b>      | - Carlos Manuel Antunes Mendes (Dr.)        |
| <b>Vice-Presidente</b> | - Pedro Nuno Silva Ferreira Rodrigues (Dr.) |
| <b>1º. Secretário</b>  | - José Carlos Antunes Lopes Mendes (Engº.)  |
| <b>2º. Secretário</b>  | - Carlos Henrique Ramos Oliveira Sá (Dr.)   |
| <b>Vogal</b>           | - Bernardino Acácio Pinto da Rocha          |

**SUBSTITUTOS**

- Alberto Arbona Saavedra (Dr.)
- Alberto Pedro Martins da Fonseca
- Henrique Palma Nogueira (Dr.)
- José Manuel Príncipe Bastos Ferreira (Dr.)
- Maria Cristina Norton Lages Malafaia Sá Dias Duarte (Drª.)

**MESA ADMINISTRATIVA - EFECTIVOS**

|                        |   |
|------------------------|---|
| <b>Provedor</b>        | - Luís Malafaya Oliveira Sá                   |
| <b>Vice-Provedor</b>   | - José Tavares Pinto Brandão (Dr.)            |
| <b>1º. Secretário</b>  | - Pedro de Almeida Saavedra (Engº.)           |
| <b>2º. Secretário</b>  | - José António Pinheiro Teixeira (Dr.)        |
| <b>Tesoureiro</b>      | - Vítor Nelson de Albuquerque Pereira Cardoso |
| <b>Vice-Tesoureiro</b> | - Manuel Pêgo Afonso Barbosa                  |

**Vogais**

- Alberto Joaquim Milheiro Barbosa (Engº.)
- Elizabete Maria Pereira S. Melo Rocha e Silva
- Gaspar Augusto Duarte Sousa Coutinho (Engº.)
- João Duarte de Sousa Coutinho (Dr.)
- Jorge Manuel Pinto Oliveira
- José Luís da Silva Fonseca (Dr.)
- José Manuel Duarte Pinheiro Cardoso (Dr.)
- Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão (Dr.)
- Nelson Manuel Duarte Pinheiro Cardoso

**SUBSTITUTOS**

- Alexandre Mário Cardoso Fortunato (Engº.)
- Joaquim Fernando Taveira da Fonseca (Dr.)
- José Pedro de Oliveira Pinto Brandão (Dr.)
- Júlio Aníbal Albuquerque Barreto
- Miguel Lages Malafaya Oliveira Sá (Dr.)
- Pedro Manuel Vaz Monteiro Dias Duarte
- Rodrigo Lages Malafaya Sá (Engº.)
- Sofia Alexandra Teixeira de Sá figueiredo (Drª.)



ORDEM DA  
TRINDADE

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DA MESA ADMINISTRATIVA**

**ANO 2020**





ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Elvira' and 'Luis'.*

## RELATÓRIO E CONTAS DA MESA ADMINISTRATIVA

ANO DE 2020

Estimados Irmãos:

De acordo com a Lei e os Estatutos da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade (doravante “Ordem da Trindade”) vem a sua Mesa Administrativa submeter à apreciação de V. Ex.<sup>as</sup> o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e demais documentos de Prestação de Contas, respeitantes ao ano de 2020.

### Introdução

A Ordem da Trindade é uma instituição de apoio social da cidade do Porto que desenvolve atividade nas áreas da saúde e social. A Ordem da Trindade comemorou, no ano de 2020, os seus 265 anos de história, o que comprova a ligação à cidade e de serviço à comunidade em diferentes áreas, incluindo o ensino, a área hospitalar e mais recentemente o foco no cuidado aos dependentes e aos mais idosos, sendo a única entidade do concelho do Porto com unidades de cuidados continuados integrados na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.



ORDEM DA  
TRINDADE

*Luís*  
*António*  
*João*  
*F. G. G. G.*

## 1. ENQUADRAMENTO

### Enquadramento Macroeconómico

O cenário macroeconómico verificado em 2020 deu origem a uma contração significativa do PIB que atingiu os 7.6%.

A contribuir para a contração verificada em 2020 encontra-se a evolução negativa da procura interna e o desempenho negativo das exportações líquidas.

Para 2021, prevê-se uma recuperação da economia portuguesa, esperando-se que a taxa de crescimento do PIB real se situe em 5,4%, por via dos contributos positivos provenientes, quer da procura interna (4,1 p.p.), quer das exportações líquidas de importações (1,3 p.p.).

A inflação esperada para 2021 (IHPC) cifrar-se-á em 0.7% e o desemprego deve atingir os 8.2%.

### Enquadramento do setor da saúde e do apoio social

O setor da saúde e do apoio social conheceu em 2020 importantes desafios decorrentes do contexto pandémico. De entre as principais dificuldades vividas pelo setor encontram-se o crescimento significativo dos custos operacionais como resultado direto (1) da necessidade de utilização de equipamentos de proteção individuais, (2) da testagem de profissionais e utentes e (3) de custos com recursos humanos pelas necessidades de horários reforçados e pela procura também acrescida dos profissionais de saúde com impacto no custo hora dos mesmos.

A oferta e a procura também sofreram uma forte redução pela maior dificuldade de prestar cuidados e assistência no contexto que vivemos.

*A*  
*Luís*  
*7*  
*J*



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Elsa Fete'.*

O setor da saúde e do apoio social deverá evoluir em 2021 de uma forma favorável do lado da procura, sendo de esperar a aceleração de tendências que a pandemia despertou como a domiciliação e a digitalização de cuidados.

O processo de vacinação e a resposta à COVID 19 continuarão na agenda até pelo menos ao final do terceiro trimestre e dessa forma condicionarão a resposta pública e de certa forma também, as respostas privada e social.

Os grandes grupos privados no sector, vindos de ciclos de grande investimento no acréscimo de capacidade instalada, deverão estar focados na recuperação do ano de 2020 e na boa utilização da sua capacidade existente, sem um foco primordial em nova oferta. Sem embargo, continuam a anunciar-se investimentos no setor nomeadamente a partir de investidores estrangeiros e com particular incidência na resposta (muito insuficiente) ao segmento sénior.

A procura de profissionais de saúde deve manter-se em níveis elevados e pode introduzir uma inflação específica neste “fator de produção” durante o ano. Este facto, juntamente com o custo acrescido com equipamentos de proteção individual, vai implicar medidas rigorosas de gestão de custos por parte de todos os operadores.

## 2. DESAFIOS DO ANO 2020

O ano de 2020 foi especialmente desafiante para a gestão da Ordem da Trindade na medida em que iniciou em fevereiro um importante processo de reabilitação do quarteirão da Trindade, envolvendo investimentos significativos e uma responsabilizante estrutura de financiamento e em março viu-se confrontada com a pandemia COVID 19 com impactos muito importantes na garantia da segurança dos utentes e profissionais, com acréscimos

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Elisabete'.*

relevantes de custos operacionais e com uma redução drástica da faturação e da margem de comercialização da farmácia comunitária.

Por conseguinte, durante todo o ano de 2020,, as grandes linhas de força da atividade da Ordem da Trindade foram a boa execução da empreitada de reabilitação do quarteirão da Trindade e a garantia da segurança dos utentes e dos profissionais. A boa execução da empreitada contratada com a empresa BG Build Grow, S.A. implicou o desenvolvimento de uma estrutura de acompanhamento interna que, para além da direção de infraestruturas que integra a comissão executiva, adjudicou trabalhos de consultoria a um gestor de projeto dedicado e a uma entidade fiscalizadora.

Existe uma citação de Albert Einstein que recorda: *“Só há duas maneiras de viver a vida: a primeira é vivê-la como se os milagres não existissem. A segunda é vivê-la como se tudo fosse milagre”*. A atitude que escolhemos ter perante qualquer situação determina a forma como podemos alcançar os objetivos.

E a Ordem da Trindade reconheceu cedo a importância do que estávamos a viver e tomou medidas, logo no início de março, tendo como prioridades:

- Assegurar a segurança dos utentes;
- Dar meios e condições adequadas aos profissionais para tratar bem e em segurança os utentes (cuidar de quem cuida).

Nesse sentido, foi estabelecido logo em 8 de março, um plano de contingência desenhado pela coordenação técnica e aprovado pela direção, plano esse que foi sofrendo várias alterações, conforme as circunstâncias o foram exigindo. Também foi criado um “Comité de Emergência COVID 19”, que numa primeira fase reuniu diariamente, sete dias por semana e que hoje em dia se reúne duas vezes por semana. Este comité integra a direção, a coordenação técnica e a coordenação de recursos humanos.



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Elisabete'.*

Uma das medidas tomadas durante o período inicial da pandemia, que exigiu um esforço muito significativo dos profissionais de saúde (pela complexidade dos procedimentos a adotar e pela dureza de horários mais prolongados e seguidos) foi a atribuição, por um período de três meses, de um complemento de remuneração fixo a todos os profissionais da linha da frente.

Também foi reforçada a equipa operacional e constituídas coordenações por unidade funcional, libertando a coordenação técnica para uma função de natureza mais estratégica e global. Mais tarde a coordenação técnica passou a integrar a comissão executiva da instituição, que assim passou de três para quatro elementos.

Durante o ano de 2020 foi iniciado o desenvolvimento de um plano de comunicação que teve e tem como objetivo a afirmação da Ordem da Trindade como uma entidade relevante e reconhecida na área assistencial e de apoio social. Sendo a manifestação mais visível desse plano a mudança do logotipo da instituição, o plano implicou uma presença regular nas redes sociais (Facebook e LinkedIn) e um conjunto muito alargado de intervenções em meios generalistas (imprensa escrita e televisão) e em meios especializados na área da economia, da gestão de recursos humanos e da construção / promoção imobiliária.

Decorrente do plano de contingência e da proteção e segurança de utentes e profissionais, o aumento dos gastos foram e são inevitáveis com o conseqüente impacto nas já existentes dificuldades de tesouraria da Ordem da Trindade. Para uma resposta adequada, foram contratualizados dois financiamentos específicos para fazer face ao acréscimo de custos resultantes da pandemia, recorrendo às linhas disponibilizadas para o efeito:

- Financiamento Linha de Crédito Caixa Invest Covid Negócios no montante de 150.000 euros e pelo prazo de 72 meses, nas seguintes condições:
  - Carência de capital de 9 meses;
  - Amortização em 60 prestações sucessivas e iguais;



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Luis', 'Sandra', 'Habela', and 'A'.*

- Taxa de juro correspondente à Euribor a 12 meses adicionado de um spread de 1,50%;
- Comissão de acompanhamento de 0,25% ao ano sobre o montante em dívida e Comissão de garantia SGM;
- Garantias - garantia autónoma à primeira solicitação prestada pela SGM destinada a garantir até 80% do capital em dívida e livrança subscrita pela Ordem da Trindade de 20%.
- Financiamento Linha de Apoio ao Sector Social - Covid 19 BPI/Norgarante, no montante de 500.000 euros e pelo prazo de 72 meses, nas seguintes condições:
  - Carência de capital de 18 meses;
  - Amortização em 54 prestações sucessivas e iguais;
  - Taxa de juro Euribor a 12 meses + Spread de 2,0%;
  - comissão de acompanhamento de 0,25% ao ano sobre o montante em dívida;
  - Garantias - garantia autónoma à primeira solicitação prestada pela SGM destinada a garantir até 90% do capital em dívida e livrança subscrita pela Ordem da Trindade de 10%.

Este último financiamento apenas foi disponibilizado em janeiro de 2021.

Do ponto de vista económico, e na sequência de um processo de fraco desempenho dos resultados que vinha acontecendo nos últimos anos, verificou-se uma quebra muito significativa do negócio da farmácia comunitária (quebra essa que foi maior que a média do sector) a que não será alheia a localização, aparentemente menos privilegiada para esta atividade comercial do que outras localizações, por exemplo, em enquadramentos residenciais.



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Ricardo' and 'Eduardo'.*

Nessa medida, procuraram-se soluções diferentes para valorizar este ativo da Ordem da Trindade, tendo sido tomada a decisão, em Assembleia Geral de 27 de novembro, de trespassar o estabelecimento comercial para uma entidade terceira, que o explorará na mesma localização até uma transferência para outro local durante o ano de 2021.

A 30 de Novembro de 2020 foi celebrado o contrato de trespasse entre a Ordem da Trindade e a sociedade "Farmácias Santos Damião, Lda.", pelo montante de 750.000 euros acrescido do valor dos inventários de 71.583 euros. O trespasse envolve todo o estabelecimento (incluindo o alvará, as licenças, equipamento, direitos, aviamento, clientela, posições contratuais - nomeadamente do foro laboral e, bem assim, todos os bens e equipamentos, em estado de uso, excluindo a sua denominação, que terá que ser alterada, e implica a libertação do espaço, decorrido o prazo de 3 meses concedido para que o trespasário promova a sua transferência junto do INFARMED, que poderá ser prorrogado, sendo que a partir do 4.º mês será devida a quantia de 3.250 euros por cada mês em que a ocupação se verifique, até ao limite de um ano.

O trespasário assumiu todas as responsabilidades relativas aos colaboradores da farmácia comunitária e bem assim as obrigações protocolares assumidas pela Ordem da Trindade com várias instituições e com os Irmãos e colaboradores da Ordem, nomeadamente os descontos vários e de variadas naturezas. O encaixe financeiro irá possibilitar à Ordem da Trindade, manter o apoio aos Irmãos, disponibilizar novos serviços, como o Projeto de Cuidados Domiciliários, reabilitar e aumentar a capacidade da Estrutura Residencial para Idosos, continuar a prestar os cuidados aos mais idosos e de dependentes, prosseguindo assim o cariz social da Ordem, que está subjacente à sua criação e devidamente consagrado nos Estatutos.

Decorrente da alienação da farmácia comunitária e da conseqüente libertação do espaço, está a ser concluído um contrato de arrendamento para a instalação de uma clínica dentária



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Elisabete' and other illegible names.*

da rede Médis. A rentabilização do património da Ordem da Trindade, é fundamental para o seu equilíbrio financeiro, libertando meios para a prossecução dos fins que presidiram à sua criação, nomeadamente nas atividades de cuidados e prestação de serviços aos idosos, dependentes e Irmãos.

### **A gestão das pessoas e a organização**

Um dos pontos fundamentais de 2020 foi e teria que ser a gestão dos recursos humanos. Durante 2019 lançaram-se as bases para um processo de avaliação de desempenho que aconteceu pela primeira vez em 2020 (referente à atividade do ano anterior). A avaliação de desempenho permitiu uma visão sobre as diferentes formas como cada um contribuiu para a atividade da Ordem, o potencial de desenvolvimento dos profissionais e os desafios que cada um enfrenta.

Associado à avaliação de desempenho foi, pela primeira vez na história da instituição, implementado um mecanismo de compensação variável associado ao desempenho que premiou de uma forma diferenciada cerca de 80% dos colaboradores (sendo que os restantes 20%, pela sua avaliação, não tiveram acesso à compensação variável).

A gestão das pessoas, juntamente com a qualidade dos serviços prestados e a ética irrepreensível em todas as nossas atitudes é um dos três pilares fundamentais do projeto da Ordem da Trindade.

No que respeita ao modelo organizacional, a Ordem da Trindade evoluiu em 2020, sendo o organigrama final do ano e que se encontra em vigor o seguinte:

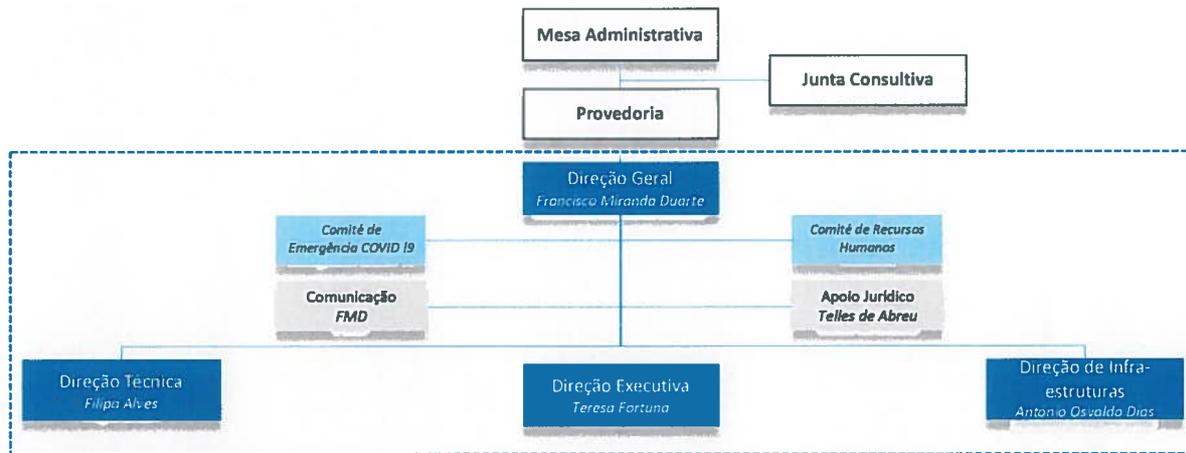


ORDEM DA TRINDADE

*Handwritten signatures and notes:*  
A. C. W.  
V. P. B.  
M. J.  
F. L. A.  
E. L. A.

*Handwritten signatures and notes:*  
L. G. J.  
A. J.

**Estrutura de topo:**



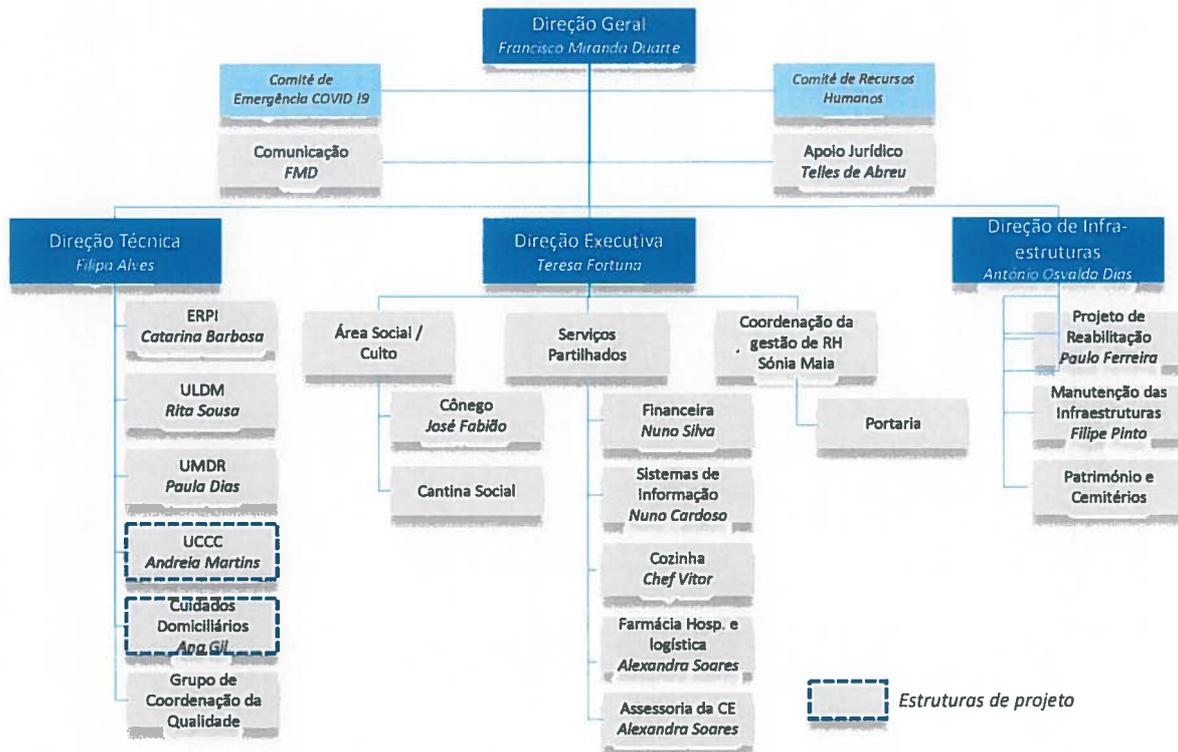
 Comissão Executiva



ORDEM DA TRINDADE

*Handwritten signatures and notes in blue ink.*

### Estrutura Operacional:



*Handwritten notes and signatures in blue ink.*

### A preparação do futuro em 2020

O presente contexto pandémico que agrava exponencialmente as desigualdades na nossa sociedade, vem reforçar a importância da ação concreta solidária como forma de união, estabilidade e progresso das comunidades em que vivemos.

A crise resultante das restrições impostas pela pandemia afeta de forma muito desigual os vários grupos sociais: os que podem trabalhar em casa *versus* os que têm que estar na linha da frente; os que trabalham em setores ou funções menos expostos à crise e os que trabalham em setores que têm que encerrar unidades; as pessoas mais autónomas *versus*



ORDEM DA  
TRINDADE

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Elisabete' and various initials.

as pessoas dependentes e/ou institucionalizadas; as pessoas com mais educação formal *versus* as pessoas que se ficaram pelos níveis mais básicos de ensino.

No seu mais recente livro (“Lessons For A Post-Pandemic World”), o jornalista Fareed Zakaria frisa essa crescente desigualdade que a pandemia provocou a nível global e a necessidade de as sociedades se prepararem, nomeadamente ao nível das infraestruturas de saúde, para uma resposta social que alcance de uma forma eficaz todos os extratos da sociedade.

Neste cenário de grande transformação social (nas formas como nos relacionamos, como consumimos, como viajamos, etc.) e não sabendo ainda a forma ou formas que o futuro adquirirá, o importante é compreender que as instituições não podem manter o caminho como antes estava traçado e que a estratégia a desenvolver deve ser ajustada com dimensões sociais de auxílio ao próximo que sedimentem de uma forma positiva e no longo prazo o papel das organizações na sociedade. As instituições que prosperaram ou responderam positiva e responsabilmente durante a crise pandémica que ainda vivemos (como foi o caso da Ordem, com reduzido número de infeções e sem qualquer fatalidade até à data de elaboração deste relatório) não podem ficar complacentes e as que estavam menos preparadas, devem tentar uma abordagem nova, que passe por exemplo pela filantropia, para construir novos recursos, parcerias e competências.

Assim, durante 2020, a Ordem da Trindade começou a preparar e a investir em projetos que serão estruturantes para a sua resposta social nos próximos anos: o projeto de uma nova unidade de cuidados continuados de convalescença, o projeto de uma nova estrutura residencial para idosos e o projeto de uma nova unidade de cuidados domiciliários:



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Elisabete' and various initials.*

**a) Projeto da nova unidade de cuidados continuados de convalescença**

Com a reabilitação do quarteirão da Trindade, estão a criar-se condições para a abertura de uma nova unidade de cuidados continuados de convalescença com a capacidade de 30 camas, reforçando substancialmente a oferta da Ordem da Trindade na área de cuidados continuados e permitindo dar mais escala e explorar mais sinergias na sua oferta assistencial.

O projeto deverá arrancar até ao final do primeiro semestre de 2021 e tem uma equipa dedicada à sua montagem coordenada pela Enf.<sup>a</sup> Andreia Martins.

**b) Projeto da Nova ERPI**

Para reforçar a sua resposta social e responder às novas exigências dessa resposta social, a Ordem da Trindade começou a preparar em 2020 o incremento da sua oferta na área da Estrutura Residencial para Idosos - que conta atualmente com três laristas e sete vitalícias - para uma nova unidade, moderna e com todos os requisitos de qualidade e de segurança para os utentes, com uma capacidade de 25 camas. Esse projeto implica a reabilitação de uma área de aproximadamente 1.000 m<sup>2</sup> situada no terceiro piso do edifício da Ordem da Trindade.

A nova oferta será composta por 14 quartos, todos com casa de banho privativa, e representará um acréscimo significativo de qualidade face às instalações existentes. Contará com áreas de apoio que permitirão uma oferta diferenciada, quer para utentes autónomos, quer para utentes mais dependentes.



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and names in blue ink, including 'Elisa hite' and several illegible signatures.*

A oferta assentará em três elementos essenciais:

- um modelo assistencial de qualidade comprovada, desde logo pelos resultados que têm vindo a ser obtidos pela instituição na garantia da segurança dos utentes da ERPI e dos cuidados continuados no presente contexto de pandemia;
- uma experiência do cliente que garanta conforto, assegurada por novas instalações e conveniência, desde logo pela localização e pelos serviços que vão ser disponibilizados;
- abordagens inovadoras e especializadas no quadro de um envelhecimento ativo e enriquecedor para os idosos.

A Ordem da Trindade já montou a equipa que liderará a implementação desta unidade e que será coordenada pela Enf.ª Filipa Alves (que integra a Comissão Executiva da instituição) e que contará com a liderança médica do Dr. Arnaldo Guimas e com a chefia de enfermagem da Enf.ª Catarina Barbosa.

No final de 2020 a Ordem da Trindade submeteu, com o apoio da Deloitte, uma candidatura ao programa PARES 3.0, com o objetivo de financiar a fundo perdido uma parte deste projeto.

Com o projeto da nova ERPI a Ordem da Trindade pretende reforçar a sua resposta social numa comunidade em que essa resposta é insuficiente, particularmente em localizações tão seguras e convenientes como a Trindade. De facto, a localização para esta unidade permite uma interação social fácil dos idosos mais autónomos com a comunidade, uma oferta alargada aos Irmãos e facilita a visita dos familiares e cuidadores informais dadas as excelentes acessibilidades, os transportes públicos que servem a zona e as facilidades de estacionamento.



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'E. Silva Leite'.*

### c) Projeto de Cuidados Domiciliários

O foco estratégico da Ordem da Trindade reside nas atividades de apoio social e de saúde dedicados aos dependentes e mais idosos. Nesse sentido, para além dos cuidados continuados (com as valências de longa duração e manutenção, média duração e recuperação e convalescença) e do projeto da Nova ERPI acima descrito, a Ordem da Trindade está a desenvolver a sua oferta de cuidados domiciliários.

Para esse fim, foi criada em setembro de 2020, uma equipa de projeto coordenada pela Enf.ª Ana Gil, que tem vindo a desenvolver o projeto em conjunto com a direção e o parceiro CESADI (que apoiará a componente digital), estando o seu lançamento previsto até ao final do primeiro semestre de 2021.

A domiciliação dos cuidados de saúde e do apoio social é uma tendência clara do mercado que tem vindo a ser acentuada no contexto pandémico (e provavelmente endémico) que estamos a viver e no qual viveremos nos próximos tempos. A oferta existente tem, em grande medida, características “analógicas” pelo que há a oportunidade de desenvolver uma oferta diferenciada que integre a componente “analógica” e a componente “digital”.

O desenvolvimento da área de cuidados domiciliários complementa a oferta de internamento da Ordem da Trindade para clientes privados e corresponde a um acréscimo de capacidade (servida em casa e à medida) até a um mínimo de 150 utentes em ano cruzeiro.

O foco do projeto de cuidados domiciliários da Ordem da Trindade será a componente clínica (por oposição a uma componente mais hoteleira de apoio domiciliário), sendo os alvos clientes referenciados pelas seguintes “fontes”:

- Equipas de Gestão de Altas (EGA) dos Hospitais Públicos;

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '70' and several initials.*



ORDEM DA  
TRINDADE

*(m) ...*  
*Elisabete*  
*[Handwritten signatures and initials]*

- Consultas de Anestesia (pré-cirúrgicas) de hospitais de outras Ordens Religiosas com as quais estabeleçamos parceria;
- Equipas multidisciplinares das Unidades de Cuidados Continuados (UCC);
- Lista de espera da futura Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) da Ordem da Trindade (OT);
- Irmãos da Ordem.

Todas as abordagens serão estruturadas em torno de planos de cuidados que se enquadrarão em pacotes de serviços com uma componente analógica e digital. A componente digital será desenvolvida em parceria com a CESADI. Esta componente garantirá a diferenciação da oferta e a maior eficiência no “*delivery*” dos serviços.

O projeto como um todo, será objeto de uma candidatura autónoma a fundos comunitários com uma componente não reembolsável, a submeter até abril de 2021 no quadro de um programa de financiamento de soluções de apoio social específico para projetos na área metropolitana do Porto.

### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste Relatório e Contas, são analisadas e explicadas as rubricas de maior relevância e as que apresentam divergências mais significativas face ao ano anterior e ao orçamento aprovado para 2020.

O plano fixado para o ano de 2020 previa já um ano de difícil consolidação económica e financeira, mas que se encontrava já integrado no plano traçado para o triénio 2019/2021.



ORDEM DA  
TRINDADE

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LW', 'F. J.', and 'Estalito']*

Além dos desafios e dificuldades já previstos, a crise pandémica – COVID 19 teve um impacto negativo nos resultados, seja pela ótica dos rendimentos seja pela ótica dos gastos.

O rigor e acompanhamento dos resultados mensais, a revisão de gastos, a negociação com terceiros e as opções estratégicas tomadas durante o ano de 2020, foram mandatórias e responsabilizantes para a sustentabilidade financeira da Ordem da Trindade a médio prazo.

Os principais acontecimentos ocorridos em 2020 são essenciais para uma leitura clara e objetiva dos resultados económicos registados em 2020:

- Projeto de Reabilitação do Quarteirão da Ordem da Trindade: início da empreitada a 3 de fevereiro;
- Contratos de financiamento na sequência do projeto de reabilitação de infraestruturas e nas necessidades de apoio à tesouraria, representando um valor de 11,250 milhões de euros;
- Encerramento temporário da atividade hospitalar no final de janeiro (bloco e internamento) devidos às obras de reabilitação;
- Crise pandémica Covid 19;
- Trespasse da Farmácia Comunitária em 30 de novembro.

Os Rendimentos e Réditos obtidos no exercício perfizeram um total de 4.210.732 euros, o que corresponde a uma variação negativa de 45,2%, face ao ano anterior e positiva de 2,1% face ao orçamento.



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Elisabete' and 'A'.*

| Descrição                         | 2020             | 2019             | Var. 20/19        | Var %         | Orçamento 2020   | Var vs Orçamento | Var %       |
|-----------------------------------|------------------|------------------|-------------------|---------------|------------------|------------------|-------------|
| Vendas                            | 576 673          | 731 814          | -155 141          | -21,2%        | 711 165          | -134 491         | -18,9%      |
| Prestação de Serviços             | 1 957 234        | 4 238 530        | -2 281 296        | -53,8%        | 2 334 015        | -376 781         | -16,1%      |
| Subsídios à Exploração            | 193 022          | 209 615          | -16 593           | -7,9%         | 138 937          | 54 085           | 38,9%       |
| Reversões de Imparidades e Provis | 80 954           | 0                | 80 954            | NA            | 0                | 80 954           | NA          |
| Aumento Justo Valor               | 527              | 807              | -280              | -34,7%        | 0                | 527              | NA          |
| Outros Rendimentos                | 655 005          | 881 091          | -226 085          | -25,7%        | 941 851          | -286 846         | -30,5%      |
| Alienações Ativos Não Correntes   | 747 316          | 1 618 667        | -871 351          | -53,8%        | 0                | 747 316          | NA          |
| <b>Rendimentos Totais</b>         | <b>4 210 732</b> | <b>7 680 523</b> | <b>-3 469 791</b> | <b>-45,2%</b> | <b>4 125 968</b> | <b>84 764</b>    | <b>2,1%</b> |

A variação negativa de 3.469.791 euros dos Rendimentos de 2020 face ao ano anterior está fundamentalmente relacionada com os seguintes fatores:

- Quebras de 21,2% das vendas da farmácia comunitária devido aos efeitos causados pela crise pandémica e ao facto de ter sido trespassada em novembro de 2020. A quebra das vendas verificada no período de abril a novembro foi de 35,7%;
- A prestação de serviços teve um decréscimo de 2.281.296 euros (-53,8%) que é justificado pelo encerramento da atividade de bloco operatório e internamento no fim de janeiro e à diminuição dos atos médicos realizados em ambulatório, essencialmente devido aos efeitos colaterais da pandemia, que obrigaram ao fecho do espaço durante o período de um mês e à diminuição da frequência da realização dos atos médicos;
- Os outros rendimentos registaram uma diminuição de 226.325 euros, devido ao decréscimo das rendas comerciais e da partilha de gastos com o Hospital Ordem da Trindade, S.A;
- Na rubrica alienação de Ativos não correntes, registou-se a mais valia decorrente do trespassse da farmácia comunitária, no montante 747.316 euros. No ano anterior o valor considerado deveu-se à alienação de 46,78% do capital da sociedade Hospital Ordem da Trindade, S.A ("HOT");



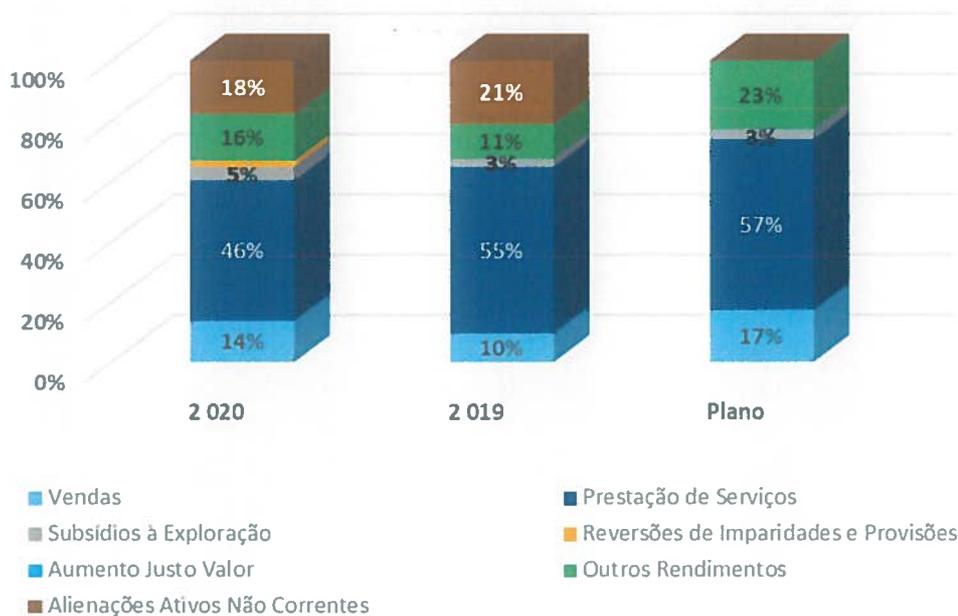
ORDEM DA TRINDADE

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'F. Lisboa' and 'J. P. ...']*

- A reversão de imparidades e provisões diz respeito à utilização de imparidades de inventários e de provisões constituídas no exercício de 2019.

Relativamente ao orçamento, os rendimentos registam uma variação positiva de 84.670 euros. A não realização das vendas e prestação de serviços está relacionada com os efeitos provocados pela crise pandémica na atividade da farmácia e hospitalar. A diferença verificada nos outros rendimentos prende-se com a interpretação do registo contabilístico de verbas relacionadas com o contrato de venda de ações do capital da HOT no montante de 1,6 milhões de euros. A alienação da atividade da farmácia, não prevista, teve um contributo positivo para a realização do total dos rendimentos previstos.

O gráfico seguinte representa o peso de cada rubrica no total dos rendimentos:





ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J.7', 'LW', 'Mg', 'Esabete', and others.*

O total de gastos em 2020 ascendeu a 4.450.618 euros, o que significa uma variação negativa de 35,0% relativamente ao ano transato, um recuo de 2.393.821 euros, e uma diminuição de 449.018 euros, correspondente a -9.2% face ao orçamento.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LW', 'Mg', and others.*

No Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se analisados de modo pormenorizado, todos os valores constantes no quadro abaixo:

| Descrição                         | 2020             | 2019             | Var. 20/19        | Var %         | Orçamento 2020   | Var vs Orçamento | Var %        |
|-----------------------------------|------------------|------------------|-------------------|---------------|------------------|------------------|--------------|
| Custo das Materias Consumidas     | 871 043          | 1 183 173        | -312 130          | -26,4%        | 1 144 986        | -273 944         | -23,9%       |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 1 893 602        | 3 707 457        | -1 813 855        | -48,9%        | 2 052 222        | -158 620         | -7,7%        |
| Sub-Contratos                     | 208 424          | 128 449          | 79 975            | 62,3%         | 173 402          | 35 022           | 20,2%        |
| Serviços Especializados           | 974 687          | 2 760 407        | -1 785 721        | -64,7%        | 936 132          | 38 554           | 4,1%         |
| Honorarios                        | 464 786          | 458 476          | 6 310             | 1,4%          | 461 688          | 3 098            | 0,7%         |
| Utilities                         | 126 157          | 196 527          | -70 371           | -35,8%        | 205 966          | -79 810          | -38,7%       |
| Outros FSE                        | 119 549          | 163 597          | -44 048           | -26,9%        | 275 034          | -155 485         | -56,5%       |
| Outros Gastos                     | 92 048           | 190 066          | -98 019           | -51,6%        | 19 333           | 72 715           | 376,1%       |
| Gastos com Pessoal                | 1 221 203        | 1 308 619        | -87 415           | -6,7%         | 1 219 206        | 1 997            | 0,2%         |
| Depreciações e Amortizações       | 291 198          | 224 050          | 67 148            | 30,0%         | 451 888          | -160 690         | -35,6%       |
| Imparidade e Provisões            | 50 055           | 212 340          | -162 285          | -76,4%        | 0                | 50 055           | NA           |
| Juros e Gastos Similares          | 31 468           | 18 734           | 12 735            | 68,0%         | 12 000           | 19 468           | 162,2%       |
| <b>Gastos Totais</b>              | <b>4 450 618</b> | <b>6 844 439</b> | <b>-2 393 821</b> | <b>-35,0%</b> | <b>4 899 636</b> | <b>-449 018</b>  | <b>-9,2%</b> |

Analisando os diversos impactos registados em 2020 face ao ano anterior, constata-se:

- Uma redução dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas no montante de 26,4%. Esta diminuição reflete, por um lado, a quebra das vendas da farmácia comunitária, a que acresce uma diminuição na margem bruta e, por outro lado, um acréscimo nos consumos nas Unidades de Cuidados Continuados, devido ao reforço dos Equipamentos de proteção Individual e outros, para assegurar a proteção dos utentes e profissionais face à ameaça do vírus COVID-19;
- Ao nível dos fornecimentos e serviços externos (FSE) a redução é muito significativa ascendendo a 1.813.173 euros, ou seja de -48.9%. Este decréscimo justifica-se pela



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'V. B.', 'LW', 'Mg', 'E. L. L.', and 'J. L. L.'.*

diminuição dos serviços especializados, que decorre da quebra da atividade clínica, -1.781.721 euros, ou seja, -64,6%. Na rubrica de Honorários, há a salientar que apesar de todas as medidas tomadas no âmbito do plano de contingência no combate à propagação dos vírus COVID-19, que implicaram em determinados períodos um acréscimo desta rubrica, foi realizado um trabalho de racionalização de custos nesta área para manter esta rubrica nos limites orçamentados; o aumento dos subcontratos perfaz um montante de 79.975 euros, por força das medidas tomadas no âmbito dos novos circuitos decorrentes das obras iniciadas no edifício da Ordem da Trindade;

- Os custos com pessoal sofreram uma redução face ao ano anterior, devido a redução de número médio de efetivos que mais que compensou os gastos suplementares decorrentes do plano de contingência (horário espelho, remuneração extraordinária);
- Os outros gastos sofreram uma redução pela ausência de alienações e outros que se registaram em 2019;
- O reforço das imparidades registadas em 2020 dizem respeito ao aumento do risco de crédito na área clínica e hospitalar;
- O aumento das amortizações e das depreciações é consequência da revalorização do Quarteirão da Ordem da Trindade relevada contabilística em dezembro de 2019.

Relativamente ao orçamento, os gastos totais registam uma diminuição de 455.122 euros. As rubricas com maior impacto foram: o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e a depreciações e amortizações. O decréscimo das vendas, prestação de serviços, o plano de contingência e os custos decorrentes da obra, bem como um controlo severo dos custos, já por diversas referidos, justificam para as variações verificadas.





ORDEM DA  
TRINDADE

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*  
F. L. S. A  
L. S. A

Em 31 de dezembro de 2020, o total do ativo fixou-se em 35.778.801 euros, o que representa um aumento de 6.267.355 euros relativamente ao ano anterior, como a seguir se apresenta:

| Descrição                                 | 2020              | 2019              | Var. 20/19       | Var %         |
|---|-------------------|-------------------|------------------|---------------|
| Ativo Não Corrente                        | 33 225 449        | 27 037 147        | 6 188 301        | 22,9%         |
| Ativo Corrente                            | 2 553 352         | 2 474 298         | 79 054           | 3,2%          |
| <b>Total do Ativo</b>                     | <b>35 778 801</b> | <b>29 511 445</b> | <b>6 267 355</b> | <b>21,2%</b>  |
| <b>Capital Próprio</b>                    | <b>27 258 007</b> | <b>26 890 262</b> | <b>367 745</b>   | <b>1,4%</b>   |
| Passivo Não Corrente                      | 5 897 155         | 317 725           | 5 579 430        | 1756,1%       |
| Passivo Corrente                          | 2 623 639         | 2 303 459         | 320 180          | 13,9%         |
| <b>Total do Passivo</b>                   | <b>8 520 794</b>  | <b>2 621 184</b>  | <b>5 899 610</b> | <b>225,1%</b> |
| <b>Total do Capital Próprio e Passivo</b> | <b>35 778 801</b> | <b>29 511 445</b> | <b>6 267 355</b> | <b>21,2%</b>  |

A variação registada nos ativos não correntes 6.188.301 euros, corresponde ao aumento dos investimentos em curso, em razão do projeto de Reabilitação iniciado em fevereiro de 2020 e da reclassificação para ativos correntes detidos para venda o valor da participação correspondente a 53,22% do capital da sociedade “Hospital da Ordem da Trindade, S.A” que será alienada após o licenciamento do Hospital pela ERS.

Nos ativos correntes, regista-se um aumento 79.054 euros, decorrentes da reclassificação dos ativos correntes detidos para venda, que é diluído pela diminuição dos inventários (devido ao trespasse da farmácia comunitária) e à variação das disponibilidades de tesouraria, conforme nota nº 15 do anexo às demonstrações financeiras.



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Elisabete' and a star symbol.*

A alteração na rubrica de capitais próprios decorre essencialmente do resultado gerado em 2020, bem como da revelação contabilística do financiamento do IFRRU ao custo amortizado, cujo montante ascendeu a aproximadamente 670 mil euros (ver nota nº 16 do anexo às demonstrações financeiras)

Em 31 de dezembro de 2020, o total do passivo registou o valor de 8.520.794 euros, verificando-se um aumento 5.899.610 euros relativamente ao ano anterior. Este aumento decorre essencialmente da utilização da linha de financiamento de longo prazo BPI-IFRRU relacionada com o Projeto de Reabilitação e em linha com o investimento em curso e da utilização das linhas de apoio à tesouraria existentes.

À data de 31 de dezembro de 2020, a Ordem não tinha quaisquer dívidas em mora e outras Entidades públicas ao Estado nem à Segurança Social.

Como principais indicadores da Ordem, destacamos os seguintes:

|                      | 2020  | 2019  |
|----------------------|-------|-------|
| Autonomia Financeira | 76,2% | 91,1% |
| Solvabilidade Total  | 3,2   | 10,3  |

Do ponto de vista de gestão, um rácio não deve ser analisado isoladamente, mas sim em conjunto com outros indicadores.

O rácio de autonomia financeira exprime a solidez financeira e evidencia a estabilidade da estrutura de capitais e a conseqüente capacidade no cumprimento dos seus compromissos. Em 2020, o rácio de autonomia financeira é de 76,2%, o que demonstra um peso importante



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Elisabete'.*

dos capitais próprios no financiamento dos ativos da empresa. O recuo deste rácio justifica-se pelo o aumento do investimento em curso, em parte compensado pelo registo do custo amortizado do financiamento IFRRU.

Por sua vez o rácio de solvabilidade total ascende a 3,2 indicando a capacidade de, com os nossos próprios meios, a Ordem da Trindade solver os compromissos assumidos sem recurso a capitais alheios. Como consequência do projeto de reabilitação que se iniciou em fevereiro de 2020 e o consequente aumento do financiamento que esse projeto implica, o rácio sofreu uma oscilação importante face ao registado do ano anterior.

#### 4. EVOLUÇÃO PREVISIONAL

A evolução prevista para o desenvolvimento da Ordem da Trindade assenta em prioridades muito claras para o ano de 2021.

Sem colocar em questão o dever ético primordial de garantir a segurança dos utentes e dos profissionais (particularmente em cenário de pandemia) e o apoio aos Irmãos, o principal projeto continuará a ser a conclusão das obras de reabilitação de todo o quarteirão que permitirá numa primeira fase:

- Licenciar o hospital na Entidade Reguladora da Saúde após a conclusão das obras e transferir todos os acordos para a sociedade "HOT, SA." bem como proceder à venda da globalidade da participação maioritária que a Ordem da Trindade tem nessa sociedade;
- Abrir a nova unidade de cuidados continuados de convalescença com mais 30 camas que serão exploradas diretamente pela Ordem da Trindade e que gerará fortes sinergias com as outras duas unidades de cuidados continuados atualmente existentes;



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Elisabete'.*

- Disponibilizar o espaço na Rua dos Heróis e Mártires de Angola para arrendamento comercial de longo prazo, valorizando o ativo.

Posteriormente, a conclusão das obras permitirá iniciar os projetos de desenvolvimento da nova estrutura residencial para idosos bem como realizar as obras na Igreja e no Museu.

No decorrer do projeto de reabilitação, tendo em conta a especificidade deste tipo de projeto, a regulamentação e exigências cada vez mais alargadas e estritas das entidades reguladoras que implicaram alterações ao projeto inicial, e as necessidades de incorporação das melhores praticas em infraestruturas nas instituições hospitalares (segurança e funcionalidade), registou-se um acréscimo no valor da empreitada geral. Neste sentido, a Ordem poderá equacionar a alienação de dois imóveis em 2021 e a reestruturação das garantias prestadas nos financiamentos contratos com o BPI. Esta decisão prede-se com o equilíbrio económico e financeiro da ordem, de forma a não aumentar o recurso a capitais alheios.

Por força da situação pandémica prevê-se que o fim das obras do edifício do quarteirão da Ordem da Trindades terminem em junho de 2021, mantendo-se a expectativa que o licenciamento do Hospital pela ERS venha a ser concretizado no último trimestre de 2021.

Em paralelo, será uma das grandes prioridades em 2021 o desenvolvimento do projeto de cuidados domiciliários.

Também durante o ano de 2021 veremos a mudança da farmácia comunitária (que foi trespassada em 2020) e a consequente ocupação e arrendamento daquele espaço por uma Clínica Médica de medicina dentária, valorizando mais esse espaço.

Este conjunto de iniciativas vai centrar a atividade da Ordem da Trindade na atividade assistencial e de apoio, em particular o apoio aos mais idosos, permitindo reforçar a sua capacidade de resposta aos irmãos da instituição, nomeadamente através de condições



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Elisabete'.*

*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'C. K.'.*

mais favoráveis para esta oferta alargada de cuidados em regime de internamento e no domicílio.

Para a concretização destes projetos, a Ordem irá reforçar em 2021 a sua capacidade de financiamento e irá candidatar-se a programas de apoio ao investimento. Vai também ter uma gestão mais ativa do seu património no sentido de concentrar as suas capacidades nas atividades “core” acima descritas.

O aumento exponencial, desde o início do ano de 2021, do número de casos positivos de COVID-19, obrigou o governo a endurecer as medidas adotadas para travar a progressão do vírus e, no dia 15 de janeiro, Portugal entrou novamente em confinamento geral.

As medidas adotadas tiveram em consideração a melhor informação disponível nesta data, havendo um quadro de incerteza associado à evolução futura que dependerá dos efeitos da pandemia na economia tendo, no entanto, o órgão de gestão a firme convicção de que não afetará a manutenção da continuidade da Instituição.

Não existem mais acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

## 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Resultado Líquido do Exercício de 2020 foi negativo em 239.740 euros para o qual, de acordo com a legislação em vigor, a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral Ordinária a respetiva transferência para a conta de Resultados Transitados.



ORDEM DA  
TRINDADE

*Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Elisabete'.*

## 6. AGRADECIMENTOS

Cumpre-nos manifestar o nosso profundo reconhecimento a todos aqueles que, de qualquer forma, contribuíram para o desempenho alcançado, nomeadamente:

- Junta Consultiva;
- Mesa da Assembleia Geral;
- Todos os Irmãos pela confiança e apoio concedido;
- Todos os Colaboradores da Instituição pelo zelo desempenhado nas suas tarefas;
- Todas as Entidades Oficiais;
- Todas as Instituições Congéneres.

Porto, 1 de março de 2020.



ORDEM DA  
TRINDADE

A MESA ADMINISTRATIVA

|   |   |                    |
|---|---|--------------------|
| Provedor                                | - Luís Malafaya Oliveira Sá                     | <i>[Signature]</i> |
| Vice-Provedor                           | - José Tavares Pinto Brandão                    | <i>[Signature]</i> |
| 1.º Secretário                          | - Pedro de Almeida Saavedra                     | <i>[Signature]</i> |
| 2.º Secretário                          | - José António Pinheiro Teixeira                | <i>[Signature]</i> |
| Tesoureiro                              | - Vítor Nelson de Albuquerque Pereira Cardoso   | <i>[Signature]</i> |
| Vice-Tesoureiro                         | - Manuel Pêgo Afonso Barbosa                    | <i>[Signature]</i> |
| Vogais                                  | - Alberto Joaquim Milheiro Barbosa              | <i>[Signature]</i> |
|   | - Elizabete Maria Pereira S. Melo Rocha e Silva | <i>[Signature]</i> |
|   | - Gaspar Augusto Duarte Sousa Coutinho          | <i>[Signature]</i> |
|   | - João Duarte Sousa Coutinho                    | <i>[Signature]</i> |
|   | - Jorge Manuel Pinto Oliveira                   | <i>[Signature]</i> |
|   | - José Luís da Silva Fonseca                    | <i>[Signature]</i> |
|   | - José Manuel Duarte Pinheiro Cardoso           | <i>[Signature]</i> |
|   | - Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão     | <i>[Signature]</i> |
| - Nelson Manuel Duarte Pinheiro Cardoso | <i>[Signature]</i>                              |                    |



ORDEM DA  
TRINDADE

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ANO 2020**



Índice

|   |    |
|---|----|
| BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 .....                              | 2  |
| DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS .....                                    | 3  |
| DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS.....             | 4  |
| FLUXOS DE CAIXA .....   | 5  |
| ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....  | 6  |
| 1. INTRODUÇÃO.....  | 6  |
| 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ..... | 7  |
| 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....                                   | 8  |
| 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....  | 18 |
| 5. ATIVOS INTANGÍVEIS .....   | 20 |
| 6. LOCAÇÃO FINANCEIRA .....   | 21 |
| 7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....  | 21 |
| 8. INVENTÁRIOS .....  | 22 |
| 9. CLIENTES.....  | 23 |
| 10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....  | 23 |
| 11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.....  | 24 |
| 12. DIFERIMENTOS.....   | 24 |
| 13. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....                                      | 25 |
| 14. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA .....                               | 25 |
| 15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....  | 26 |
| 16. FUNDOS PATRIMONIAIS.....  | 27 |
| 17. PROVISÕES .....   | 28 |
| 18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS .....  | 28 |
| 19. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR .....  | 31 |
| 20. FORNECEDORES .....  | 32 |
| 21. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....   | 32 |
| 22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....                                      | 33 |
| 23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.....   | 34 |
| 24. GASTOS COM PESSOAL .....  | 34 |
| 25. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS .....   | 35 |
| 26. OUTROS GASTOS E PERDAS .....  | 35 |
| 27. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS.....                                       | 36 |
| 28. PARTES RELACIONADAS .....   | 36 |
| 29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....   | 37 |
| 30. INFORMAÇÃO ADICIONAL COVID-19.....  | 38 |

**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

| Rubricas   | Notas          | Datas             |                   |
|--|----------------|-------------------|-------------------|
|  |                | 31 Dezembro 2020  | 31 Dezembro 2019  |
| <b>Ativo</b>   |                |                   |                   |
| <b>Ativo não corrente</b>                                |                |                   |                   |
| Ativos fixos tangíveis                                   | 3.1 e 4        | 32.459.370        | 25.713.586        |
| Propriedades de investimento                             | 3.2 e 7        | 744.895           | 765.989           |
| Ativos intangíveis                                       | 3.16.2 e 5     | 9.972             | -                 |
| Outros investimentos financeiros                         | 3.3, 3.17 e 13 | 11.212            | 557.572           |
|  |                | <b>33.225.449</b> | <b>27.037.147</b> |
| <b>Ativo corrente</b>                                    |                |                   |                   |
| Inventários  | 3.4 e 8        | 214.278           | 315.660           |
| Clientes   | 3.5 e 9        | 798.083           | 909.345           |
| Outros créditos a receber                                | 3.5 e 11       | 878.610           | 837.149           |
| Diferimentos   | 12             | 18.341            | 15.366            |
| Ativos não correntes detidos para venda                  | 3.15 e 14      | 547.595           | -                 |
| Caixa e depósitos bancários                              | 3.6 e 15       | 96.445            | 396.777           |
|  |                | <b>2.553.352</b>  | <b>2.474.298</b>  |
| <b>Total do ativo</b>                                    |                | <b>35.778.801</b> | <b>29.511.445</b> |
| <b>Fundos Patrimoniais e Passivo Fundos Patrimoniais</b> |                |                   |                   |
| Fundo social   | 16             | 2.945.921         | 2.945.921         |
| Reservas -Doações  | 16             | 1.200.474         | 1.200.249         |
| Resultados transitados                                   | 16             | 1.282.056         | 445.972           |
| Excedentes de revalorização                              | 16             | 20.819.357        | 20.819.357        |
| Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais    | 3.11 e 16      | 1.249.938         | 642.678           |
|  |                | <b>27.497.747</b> | <b>26.054.177</b> |
| Resultado líquido do período                             |                | (239.740)         | 836.084           |
| <b>Total dos fundos patrimoniais</b>                     |                | <b>27.258.007</b> | <b>26.890.262</b> |
| <b>Passivo</b>   |                |                   |                   |
| <b>Passivo não corrente</b>                              |                |                   |                   |
| Financiamentos obtidos                                   | 3.8, 3.12 e 18 | 5.850.280         | 245.000           |
| Provisões  | 3.10 e 17      | 46.876            | 72.725            |
|  |                | <b>5.897.155</b>  | <b>317.725</b>    |
| <b>Passivo corrente</b>                                  |                |                   |                   |
| Fornecedores   | 20             | 1.210.155         | 1.491.551         |
| Adiantamentos de clientes                                |                | 3.148             | 55.894            |
| Estado e outros entes públicos                           | 3.9 e 10       | 89.611            | 70.553            |
| Financiamentos obtidos                                   | 3.8, 3.12 e 18 | 7.500             | 58.397            |
| Outras dívidas a pagar                                   | 19             | 1.309.581         | 621.923           |
| Diferimentos   | 12             | 3.644             | 5.141             |
|  |                | <b>2.623.639</b>  | <b>2.303.459</b>  |
| <b>Total do passivo</b>                                  |                | <b>8.520.794</b>  | <b>2.621.184</b>  |
| <b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>        |                | <b>35.778.801</b> | <b>29.511.445</b> |

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and initials 'J.7' and 'A' on the right side of the table.*

A Contabilista Certificada,

A Mesa Administrativa,

Sotk (area)

*Handwritten signatures and names in blue ink at the bottom of the page. Includes names like 'Elisabete Samparo e Melo', 'Mário Manuel', and 'Ar. Nélson Cardoso'. A large number '39' is written in the center.*

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

| Rendimentos e Gastos  | Notas     | Períodos         |                  |
|---|-----------|------------------|------------------|
|   |           | 2020             | 2019             |
| Vendas e serviços prestados   | 3.14 e 21 | 2.533.907        | 4.970.344        |
| Subsídios, doações e legados à exploração                                   | 3.11 e 23 | 193.022          | 209.615          |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                    | 3.4 e 8   | (871.043)        | (1.183.173)      |
| Fornecimentos e serviços externos   | 22        | (1.893.602)      | (3.707.457)      |
| Gastos com o pessoal  | 24        | (1.221.203)      | (1.308.619)      |
| Imparidade de inventários (perdas/ reversões)                               | 3.4 e 8   | 51.489           | (51.489)         |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)                         | 9         | (46.439)         | (88.127)         |
| Provisões (aumentos/ reduções)  | 3.10 e 17 | 25.849           | (72.725)         |
| Aumentos/reduções de justo valor  |           | 527              | 807              |
| Outros rendimentos e ganhos   | 25        | 1.402.227        | 2.499.757        |
| Outros gastos e perdas  | 26        | (92.048)         | (190.066)        |
| <b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |           | <b>82.686</b>    | <b>1.078.868</b> |
| Gastos/ reversões de depreciação e de amortização                           | 4         | (291.198)        | (224.050)        |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>  |           | <b>(208.512)</b> | <b>854.818</b>   |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                       | 27        | 94               | 144              |
| Juros e gastos similares suportados   | 27        | (31.468)         | (18.878)         |
| <b>Resultados antes de impostos</b>   |           | <b>(239.886)</b> | <b>836.084</b>   |
| Imposto sobre o rendimento do período                                       | 3.9       | 146              | -                |
| <b>Resultado líquido do período</b>   |           | <b>(239.740)</b> | <b>836.084</b>   |

A Contabilista Certificada,

*Sofia Cavaco*

A Mesa Administrativa,

*[Handwritten signatures and notes]*  
*Luís António Pereira*  
*At. N.º 1000*  
*Luís António Pereira*  
*Elisa Hete Campar e Melo*  
*Jul. 11/11 - J. H. H. H.*  
*J. H. H. H.*  
*3*

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

|  | Fundo Social | Reservas Doações | Resultados transitados | Excedentes de revaloriz. | Ajustamentos em ativos financ. | Ajust/Outras variações nos fundos patrim. | Result líquido do período | Total dos fundos patrimoniais |
|--|--------------|------------------|------------------------|--------------------------|--------------------------------|---|---------------------------|-------------------------------|
| A 1 de Janeiro de 2019                     | 2.945.921    | 1.183.190        | 432.395                | 4.426.458                | -                              | 706.595                                   | (10.831)                  | 9.683.727                     |
| <b>Alterações no período</b>               |              |                  |                        |                          |                                |   |                           |                               |
| Aplicação de resultados                    | -            | -                | (10.831)               | -                        | -                              | -   | 10.831                    | -                             |
| Ajustamentos do período                    | -            | 17.059           | 24.408                 | 16.392.899               | -                              | (63.917)                                  | -                         | 92.019                        |
| Reconhecimento do subsídio ao investimento | -            | -                | -                      | -                        | -                              | -   | -                         | -                             |
| Resultado líquido do período               | -            | -                | -                      | -                        | -                              | -   | 836.084                   | 836.084                       |
| <b>Resultado integral</b>                  | -            | -                | -                      | -                        | -                              | -   | <b>836.084</b>            | <b>836.084</b>                |
| A 31 de Dezembro de 2019                   | 2.945.921    | 1.200.249        | 445.972                | 20.819.357               | -                              | 642.678                                   | 836.084                   | 26.890.262                    |
| A 1 de Janeiro de 2020                     | 2.945.921    | 1.200.249        | 445.972                | 20.819.357               | -                              | 642.678                                   | 836.084                   | 26.890.262                    |
| <b>Alterações no período</b>               |              |                  |                        |                          |                                |   |                           |                               |
| Aplicação de resultados                    | -            | -                | 836.084                | -                        | -                              | -   | (836.084)                 | -                             |
| Ajustamentos do período                    | -            | 225              | -                      | -                        | -                              | 607.260                                   | -                         | 607.485                       |
| Reconhecimento do subsídio ao investimento | -            | -                | -                      | -                        | -                              | -   | -                         | -                             |
| Resultado líquido do período               | -            | -                | -                      | -                        | -                              | -   | (239.740)                 | (239.740)                     |
| <b>Resultado integral</b>                  | -            | -                | -                      | -                        | -                              | -   | <b>(239.740)</b>          | <b>(239.740)</b>              |
| A 31 de Dezembro de 2020                   | 2.945.921    | 1.200.474        | 1.282.056              | 20.819.357               | -                              | 1.249.938                                 | (239.740)                 | 27.258.007                    |

A Contabilista Certificada,

A Mesa Administrativa,

Sofia Carreira

V. A. Wilson Carreira

João André P. Alves Carreira

João Tavares P. Alves Carreira

41

Elisabete Sampaio e Melo

João Alexandre Carreira

João Tavares P. Alves Carreira

14.12.20

4

## FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

|   | Notas | Períodos           |                    |
|---|-------|--------------------|--------------------|
|   |       | 2020               | 2019               |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>              |       |                    |                    |
| Recebimentos de clientes e utentes                              |       | 2.855.477          | 5.045.344          |
| Pagamentos a fornecedores                                       |       | 2.830.931          | 4.422.475          |
| Pagamentos ao pessoal   |       | 1.192.870          | 1.098.444          |
| <b>Caixa gerada pelas operações</b>                             |       | <b>(1.168.323)</b> | <b>(475.575)</b>   |
| Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento            |       | -                  | -                  |
| Outros recebimentos/ pagamentos                                 |       | (147.313)          | (1.031.666)        |
| <b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>     |       | <b>(1.315.636)</b> | <b>(1.507.241)</b> |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>           |       |                    |                    |
| Pagamentos respeitantes a:                                      |       |                    |                    |
| Ativos fixos tangíveis  |       | -                  | 4.289              |
| Ativos intangíveis e em curso                                   |       | 11.919             | -                  |
| Ativos fixos tangíveis em curso                                 |       | 6.049.568          | 241.550            |
| Recebimentos provenientes de:                                   |       |                    |                    |
| Ativos fixos tangíveis  |       | 7.910              | -                  |
| Ativos intangíveis  |       | 750.000            | -                  |
| Investimentos financeiros                                       |       | 1.375              | 1.600.000          |
| Subsídios à exploração  |       | 190.203            | 208.015            |
| <b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>  |       | <b>(5.111.999)</b> | <b>1.562.176</b>   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>          |       |                    |                    |
| Recebimentos provenientes de:                                   |       |                    |                    |
| Financiamentos obtidos  |       | 6.283.897          | 315.000            |
| Juros, dividendos e outros rendimentos                          |       | 104                | 144                |
| Doação  |       | 10.867             | 17.059             |
| Pagamentos respeitantes a:                                      |       |                    |                    |
| Juros e gastos e similares                                      |       | 167.565            | 18.878             |
| Financiamentos obtidos  |       | -                  | 414.771            |
| <b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b> |       | <b>6.127.302</b>   | <b>(101.445)</b>   |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>                    |       | <b>(300.332)</b>   | <b>(46.510)</b>    |
| Caixa e seus equivalentes no início do período                  |       | 396.777            | 443.287            |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                     | 15    | <b>96.445</b>      | <b>396.777</b>     |

A Contabilista Certificada,

A Mesa Administrativa,

Sofia Carvalh

42

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Introdução

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, da cidade do Porto, instituída por Bento XIV, em 14 de Maio de 1755, teve a sua origem na Ordem Militar dos Trinitários, criada por Inocêncio III, em 1198.

A sua sede foi sempre na cidade do Porto, sendo desde a sua fundação e até 1786, na Capela da Senhora da Batalha; de 1786 até 8 de fevereiro de 1807, na capela do Calvário Novo, ao fundo do campo chamado Mártires da Pátria; e desde 1807 até aos nossos dias, no seu edifício próprio, na Praça da Trindade.

A sua instituição e constituição foram legais desde o seu princípio, regendo-se presentemente, pelos Estatutos aprovados em 23 de Julho de 1935, com as alterações que foram deliberadas e aprovadas em 28 de Março de 1982, em 9 de Dezembro de 1984, em 10 de Dezembro de 2015, em 15 de Novembro de 2017 e, por último, em 27 de Julho de 2020.

Esta Instituição tem duração por tempo indefinido e considera-se formada por número ilimitado de Irmãos, os quais identificam o âmbito natural da sua ação.

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade tem como seus fins principais:

- a) Apoiar, na medida das suas possibilidades e meios disponíveis, os seus Irmãos, na velhice, na invalidez, na doença, bem assim em situações de carência de meios de subsistência;
- b) Alargar as atividades assistenciais e de solidariedade social que constituem o objeto prioritário da Ordem da Trindade a outros necessitados, independentemente da sua qualidade de Irmãos, na medida das possibilidades da Instituição e das necessidades existentes na sociedade envolvente;
- c) Dar integral cumprimento às disposições testamentárias de seus benfeitores;
- d) Praticar no templo privativo todos os atos do culto divino.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 01 de Março de 2021.

É da opinião da Mesa Administrativa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Sot Caran

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Base de Preparação

De 2012 a 2015, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 09 de Março de 2011.

Instrumentos Legais da NCRF-ESNL;

Portaria nº 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria nº 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso nº 6 726 – B/2011 – 14 de março – NCRF – ESNL;

Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho – SNC

Decreto-Lei nº 98/2015, de 02 de junho – Transposição da Diretiva 2013/34/EU – Alterou os normativos contabilísticos

A partir de 2016, as demonstrações financeiras foram preparadas segundo o SNC, com o objetivo das contas darem uma imagem verdadeira e apropriada, cujos efeitos se verificam ao nível de divulgações, ressaltando que só há notas das normas que se aplicam.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Instituição, com impacto significativo no valor contabilístico de ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

### 2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do exercício anterior, com exceção da demonstração dos fluxos de caixa, ao nível das atividades operacionais, na rubrica de pagamentos efetuados ao pessoal, em que no exercício inclui os encargos com a segurança social.

Sofr Carado

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem e foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade e de acordo com o sistema normalização contabilística (SNC).

Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### **Continuidade**

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Se existir essa necessidade, as demonstrações financeiras podem ter de ser preparadas segundo um regime diferente, e se assim for, o regime usado será divulgado. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Apesar das incertezas que o momento atual acarreta, não está em causa o princípio da continuidade.

#### **Regime de acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Concetual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

#### **Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que

não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo. *F. L. Sabido*

### Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

### Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Com exceção das rubricas de terrenos e edifícios, os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este inclui o custo estimado à data de transição para SNC e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Conforme vem espelhado na nota 4 deste anexo e na sequência da empreitada de reabilitação do prédio "quarteirão da Trindade" em curso, procedeu-se ao abate de inúmeros bens sem utilidade e cuja vida útil, na sua grande maioria, encontrava-se já expirada, tendo um impacto negativo nas contas de 31.598,80 €. Este prédio será avaliado no final das obras em curso, pelo que o impacto nas depreciações somente ocorrerá em 2021 e anos seguintes.

*Sol. Care*

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

|                                | <u>Vidas úteis</u> |
|--------------------------------|--------------------|
| Edifícios e outras construções | 1 a 50 anos        |
| Equipamento Básico             | 4 a 20 anos        |
| Equipamento de Transporte      | 4 anos             |
| Equipamento Administrativo     | 1 a 15 anos        |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 1 a 10 anos        |

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário, registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados. No entanto, à data de 31 de dezembro de 2020, ainda não foi possível proceder-se a um rigoroso controlo ao nível de todos os ativos fixos tangíveis, nomeadamente ao nível das obras de arte, pratas e objetos de culto, estando a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade a estruturar um projeto para uma inventariação e valorização compreensiva desses ativos.

### 3.2. Propriedades de investimentos

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimentos são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações e seguros são reconhecidos como gastos no período a que se referem.

Em 2021 será efetuada uma avaliação destes ativos por peritos devidamente acreditados para o efeito. No entanto, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade entende não existirem indícios de perdas por imparidade afetas às propriedades de investimento.

### 3.3. Ativos financeiros

A Mesa Administrativa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhecerá uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Sofr Carav

Os Ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiro não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade se compromete a comprar ou a vender o ativo.

### 3.4. Inventários: mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

### 3.5. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados (na mesma rubrica), caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 12 meses.

### 3.7. Passivos financeiros

A Mesa Administrativa determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### 3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### 3.9. Imposto sobre o rendimento

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. A Mesa Administrativa não considera necessária a constituição de qualquer provisão para esse efeito.

### 3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade divulga tal fato como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.11. Subsídios recebidos

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Sofia Cavaco

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Ajustamentos/outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

### 3.12. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a instituição tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

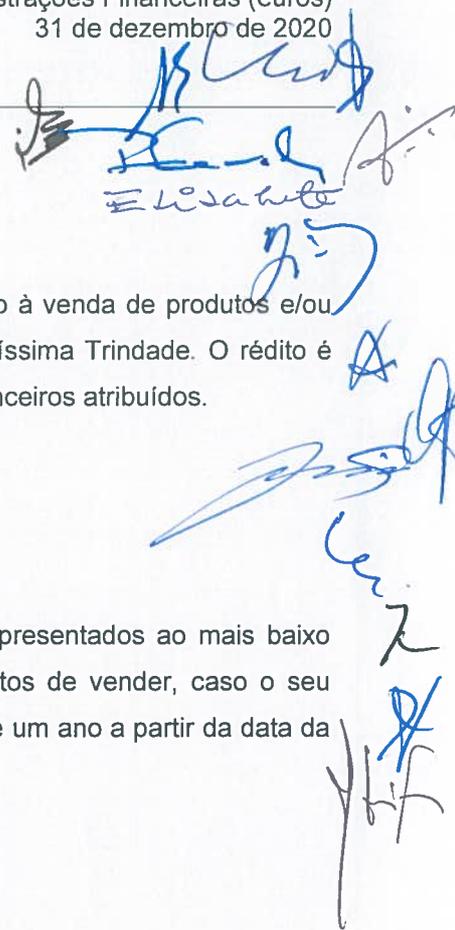
Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos Resultados numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2020 a Celestial Ordem da Santíssima Trindade não tinha quaisquer responsabilidades com locações financeiras.

### 3.13. Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.



### 3.14. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

### 3.15. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda, sendo apresentados ao mais baixo entre o seu valor líquido contabilístico e o seu justo valor, deduzido dos custos de vender, caso o seu contabilístico seja recuperado através da venda, que espera-se ocorra dentro de um ano a partir da data da classificação.

### 3.16. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Mesa Administrativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### Estimativas contabilísticas relevantes

##### 3.16.1. Provisões

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

SPTZ (Arco)

### 3.16.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos Resultados de cada exercício.

Em finais de 2019 foram revistas as taxas de depreciações para edifícios e outras construções de acordo com a vida útil esperada.

### 3.16.3. Imparidades

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Instituição.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Mesa Administrativa no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 3.17. Outros Investimentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Sofr Carad

#### 4. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

##### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2019

|   | Terrenos e Edifícios e outras const. | Equipamento básico | Equipamento transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos | Ativos em curso | Total             |
|---|--------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------------|---------------------|-----------------|-------------------|
| <b>1 de Janeiro de 2019</b>                       |                                      |                    |                        |                            |                     |                 |                   |
| Custo de aquisição                                | 14.878.301                           | 4.393.766          | 28.184                 | 982.404                    | 2.486.071           | 126.826         | 22.895.552        |
| Depreciações acumuladas                           | (7.125.268)                          | (4.258.796)        | (28.184)               | (961.151)                  | (1.230.298)         | 0               | (13.603.698)      |
| <b>Valor líquido</b>                              | <b>7.753.033</b>                     | <b>134.970</b>     | <b>0</b>               | <b>21.253</b>              | <b>1.255.773</b>    | <b>126.826</b>  | <b>9.291.855</b>  |
| <b>31 de Dezembro de 2019</b>                     |                                      |                    |                        |                            |                     |                 |                   |
| Adições   | 0                                    | 1.339              | 0                      | 0                          | 2.277               | 260.853         | 264.469           |
| Revalorização                                     | 9.698.460                            | 0                  | 0                      | 0                          | 0                   | 0               | 9.698.460         |
| Transferências e abates                           | 0                                    | (164.308)          | 0                      | 14.536                     | (1.017.601)         | (7.387)         | (1.174.760)       |
| Depreciação - exercício                           | (177.928)                            | (16.119)           | 0                      | (6.255)                    | (2.180)             | 0               | (202.482)         |
| Depreciação - transferências                      | 0                                    | 38.363             | 0                      | 1.630                      | 1.101.612           | 0               | 1.141.605         |
| Depreciação - transf por efeitos de revalorização | 6.637.429                            | 57.010             | 0                      | 0                          | 0                   | 0               | 6.694.439         |
| <b>Valor líquido</b>                              | <b>16.157.961</b>                    | <b>(83.715)</b>    | <b>0</b>               | <b>9.911</b>               | <b>84.108</b>       | <b>253.466</b>  | <b>16.421.731</b> |
| <b>31 de Dezembro de 2019</b>                     |                                      |                    |                        |                            |                     |                 |                   |
| Custo de aquisição                                | 24.576.761                           | 4.230.797          | 28.184                 | 996.940                    | 1.470.747           | 380.292         | 31.683.723        |
| Depreciações acumuladas                           | (665.767)                            | (4.179.542)        | (28.184)               | (965.776)                  | (130.866)           | 0               | (5.970.135)       |
| <b>Valor líquido</b>                              | <b>23.910.994</b>                    | <b>51.255</b>      | <b>0</b>               | <b>31.164</b>              | <b>1.339.881</b>    | <b>380.292</b>  | <b>25.713.587</b> |

Sofcaras

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

**Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2020**

|                               | Terrenos e Edifícios e outras const. | Equipamento básico | Equipamento transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos | Ativos em curso  | Total             |
|-------------------------------|--------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------------|---------------------|------------------|-------------------|
| <b>1 de Janeiro de 2020</b>   |                                      |                    |                        |                            |                     |                  |                   |
| Custo de aquisição            | 24.576.761                           | 4.230.797          | 28.184                 | 996.940                    | 1.470.747           | 380.292          | 31.683.723        |
| Depreciações acumuladas       | (665.767)                            | (4.179.542)        | (28.184)               | (965.776)                  | (130.866)           | 0                | (5.970.135)       |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>23.910.994</b>                    | <b>51.255</b>      | <b>0</b>               | <b>31.164</b>              | <b>1.339.881</b>    | <b>380.292</b>   | <b>25.713.587</b> |
| <b>31 de Dezembro de 2020</b> |                                      |                    |                        |                            |                     |                  |                   |
| Adições                       | 0                                    | 0                  | 0                      | 3.145                      | 0                   | 7.043.935        | 7.047.080         |
| Revalorização                 | 0                                    | 0                  | 0                      | 0                          | 0                   | 0                | -                 |
| Transferências e abates       | 0                                    | (4.132.460)        | (8.953)                | (841.941)                  | (129.050)           | -                | (5.112.406)       |
| Depreciação - exercício       | (247.964)                            | (5.599)            | 0                      | (11.225)                   | (2.038)             | 0                | (266.827)         |
| Depreciação - transferências  | 0                                    | 4.127.567          | 8.953                  | 824.830                    | 116.585             | 0                | 5.077.935         |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>(247.964)</b>                     | <b>(10.492)</b>    | <b>0</b>               | <b>(25.192)</b>            | <b>(14.503)</b>     | <b>7.043.935</b> | <b>6.745.784</b>  |
| <b>31 de Dezembro de 2020</b> |                                      |                    |                        |                            |                     |                  |                   |
| Custo de aquisição            | 24.576.761                           | 98.337             | 19.231                 | 158.144                    | 1.341.697           | 7.424.227        | 33.618.398        |
| Depreciações acumuladas       | (913.731)                            | (57.574)           | (19.231)               | (152.172)                  | (16.319)            | 0                | (1.159.028)       |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>23.663.030</b>                    | <b>40.763</b>      | <b>0</b>               | <b>5.972</b>               | <b>1.325.378</b>    | <b>7.424.227</b> | <b>32.459.370</b> |

Sotz (avenc)

Os terrenos e edifícios foram revalorizados de acordo com relatório de avaliação elaborado pela empresa "Mencovaz, Consultoria Imobiliária e Avaliações, Lda", representada pelo perito independente Engº Jorge Ferreira Mendes, perito avaliador nº PAI/2008/0011/004 datado de 27 março de 2019, e reafirmado e com referência a 31 de dezembro de 2019, pelo que o impacto nas depreciações ocorreu em 2020. De acordo com a declaração emitida por este perito em 27/03/2020 e atendendo às características arquitetónicas e construtivas do mesmo, considerou-se uma vida útil de 50 anos, pressupondo-se que, durante esse período, o imóvel será objeto de atividades de inspeção, manutenção e reparação adequadas, de modo a assegurar a sua funcionalidade e bom estado de conservação.

Conforme o referido na nota 3.1 deste anexo, e na sequência da empreitada de reabilitação do prédio "quarteirão da Trindade" em curso, procedeu-se ao abate de inúmeros bens afetos as rubricas equipamento básico, equipamento administrativo e outros ativos fixos, encontrando-se a maioria totalmente depreciados e sem utilidade, tendo um impacto negativo nas contas de 31.598,80 € (ver nota 25).

#### Ativos fixos em curso

Esta rubrica integra o valor afeto às obras da remodelação do quarteirão da Trindade, designadamente despesas com estudos e projetos e da empreitada da obra. Relativamente à empreitada, foi celebrado contrato com a BG - Build Grow, SA, em 03 fevereiro 2020, pelo montante global de 8.900.000 euros + IVA, sendo o prazo de 420 dias. Até 31 dezembro 2020 foram celebrados três aditamentos ao contrato, designadamente:

- 1º aditamento: 15 abril, referente a trabalhos a mais (306.832,82 euros);
- 2º aditamento, 22 julho 2020, relativo a prorrogação de prazos de entregas de trabalhos parciais;
- 3º aditamento: 22 setembro 2020, relativo a trabalhos a mais (380.322,33 euros).

À data de 31 dezembro 2020, o grau de execução da obra era de aproximadamente 65%.

Este ativo voltará a ser avaliado no final das obras em curso, pelo que o impacto nas depreciações somente ocorrerá em 2021 e anos seguintes.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

## 5. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram os seguintes:

*Handwritten signatures and notes:*  
 - Top right: "Eduardo"  
 - Middle right: "A"  
 - Bottom right: "C. F. F." and "A. F."

|                                   | 2020         | 2019     |
|-----------------------------------|--------------|----------|
| Valor bruto...i)                  | 9.274        | -        |
| Depreciações do exercício         | (3.091)      | -        |
| Ativos intangíveis em curso...ii) | 3.788        | -        |
| <b>Total ativos intangíveis</b>   | <b>9.972</b> | <b>-</b> |

- i) Reflete o rebranding da marca;
- ii) Refere-se ao desenvolvimento do website que ficará concluído em 2021

## 6. Locação Financeira

Em 31 de dezembro de 2020, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade não tem quaisquer responsabilidades relativas a locações financeiras.

## 7. Propriedades de investimento

| PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO | 421                          | 422                            | Total     |
|------------------------------|------------------------------|--------------------------------|-----------|
|                              | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções |           |
| 31 de dezembro de 2019       | 358 007                      | 1 074 021                      | 1 432 028 |
| Adições/Aumentos             |                              |                                |           |
| 31 de dezembro de 2020       | 358 007                      | 1 074 021                      | 1 432 028 |
| 31 de dezembro de 2019       | 0                            | -666 039                       | -666 039  |
| Reintegrações do exercício   |                              | -21 094                        | -21 094   |
| 31 de dezembro de 2020       | 0                            | -687 133                       | -687 133  |
| <b>Valor líquido</b>         |                              |                                |           |
| 31 de dezembro de 2019       | 358 007                      | 407 982                        | 765 989   |
| 31 de dezembro de 2020       | 358 007                      | 386 888                        | 744 895   |

*SOH Caram*

Em 2021 será efetuada uma avaliação destes ativos por peritos devidamente acreditados para o efeito. No entanto, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade entende não existirem indícios de perdas por imparidade afetas às propriedades de investimento.

## 8. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está discriminado de acordo com a seguinte tabela:

|          | Mercadorias |         |        |         | Matérias primas, subs. e de consumo |         |         |         |
|----------|-------------|---------|--------|---------|-------------------------------------|---------|---------|---------|
|          | SI          | Compras | SF     | CMVMC   | SI                                  | Compras | SF      | CMVMC   |
| Ano 2019 | 244.751     | 393.988 | 98.146 | 540.593 | 67.538                              | 844.046 | 269.004 | 642.580 |
| Ano 2020 | 98.146      | 350.701 | 13.106 | 435.741 | 269.004                             | 367.471 | 201.172 | 435.302 |

|                                     | Imparidades 2019 |        |           |        | Imparidades 2020 |        |           |    |
|-------------------------------------|------------------|--------|-----------|--------|------------------|--------|-----------|----|
|                                     | SI               | Perdas | Reversões | SF     | SI               | Perdas | Reversões | SF |
| Mercadorias                         | 0                | 13.453 | 0         | 13.453 | 13.453           | 0      | 13.453    | 0  |
| Matérias primas, subs. e de consumo | 0                | 38.036 | 0         | 38.036 | 38.036           | 0      | 38.036    | 0  |
|                                     | 0                | 51.489 | 0         | 51.489 | 51.489           | 0      | 51.489    | 0  |

|  | 2020           | 2019           |
|--|----------------|----------------|
| Mercadorias                                | 13.106         | 84.693         |
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | 201.172        | 230.967        |
| <b>Total inventários</b>                   | <b>214.278</b> | <b>315.660</b> |

As reversões de mercadorias dizem respeito a bens da farmácia, enquanto que as restantes referem-se, no seu essencial, às roupas em uso.

SOFC CORRETO

*Elisabete*  
*[Handwritten signatures and initials]*

## 9. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

| <u>Descrição</u>                        | <u>2020</u>    | <u>2019</u>    |
|---|----------------|----------------|
| Clientes                                | 843.099        | 909.345        |
| Clientes cobrança duvidosa              | 32.153         | 109.557        |
| Perdas por imparidade acumuladas        | -77.169        | -109.557       |
| <b>Total saldo Clientes - correntes</b> | <b>798.083</b> | <b>909.345</b> |

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes, incluindo das atividades relacionadas com a área de saúde, nomeadamente dos serviços de saúde prestados no Hospital.

Quanto ao saldo existente em clientes de cobrança duvidosa, este inclui saldos em mora e saldos respeitantes a processos que se encontram em cobrança coerciva das dívidas, estando a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade a aguardar pelas respetivas sentenças.

No período verificou-se um reforço das perdas por imparidade em cerca de 50.000 euros, uma diminuição das perdas por imparidades de 79.704 euros referente a um saldo cujo processo se concluiu, com perda efetiva para a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade e ainda a reversões no montante de 3.616 euros.

## 10. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos são os seguintes:

|   | <u>2020</u>    |               | <u>2019</u>    |               |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|
|   | <u>Devedor</u> | <u>Credor</u> | <u>Devedor</u> | <u>Credor</u> |
| Retenções na fonte                          | -              | 21.255        | -              | 21.721        |
| Imposto s/ valor acrescentado - IVA         | -              | 1.685         | -              | 5.331         |
| Contribuições p/ segurança social           | -              | 66.671        | -              | 43.501        |
| <b>Total Estado e outros entes públicos</b> | <b>-</b>       | <b>89.611</b> | <b>-</b>       | <b>70.553</b> |

*Sotc 6/20*

## 11. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é a seguinte:

|  | 2020           |              |                | 2019           |              |                |
|--|----------------|--------------|----------------|----------------|--------------|----------------|
|  | Corrente       | Não corrente | Total          | Corrente       | Não corrente | Total          |
| Devedores por acréscimo de rendimentos | 851.435        | -            | 851.435        | 808.787        | -            | 808.787        |
| Outros devedores                       | 27.175         | -            | 27.175         | 28.362         | -            | 28.362         |
| <b>Outros créditos a receber</b>       | <b>878.610</b> | <b>-</b>     | <b>878.610</b> | <b>837.149</b> | <b>-</b>     | <b>837.149</b> |

A rubrica de devedores por acréscimo de rendimentos inclui essencialmente atos médicos especializados a 31 de dezembro e a regularizar em 2021, no montante de 115.308 €, assim como o valor de 701.667 € relativo ao contrato celebrado entre a Celestial Ordem da Santíssima Trindade, o Hospital CUF Porto, S.A e José de Mello Saúde, S.A, em 31 de outubro de 2018, entre outros.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Instituição tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

|                                 | 2020          | 2019          |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Seguros                         | 14.784        | 14.737        |
| Outros serviços                 | 3.557         | 629           |
| <b>Gastos a reconhecer</b>      | <b>18.341</b> | <b>15.366</b> |
| Rendas antecipadas              | 3.644         | 5.141         |
| <b>Rendimentos a reconhecer</b> | <b>3.644</b>  | <b>5.141</b>  |

Sofia Alves

Os gastos a reconhecer referem-se a custos faturados/pagos, mas que dizem respeito ao ano seguinte. Por sua vez, os rendimentos a reconhecer resultam na íntegra ao diferimento de rendas antecipadas.

### 13. Outros investimentos financeiros

Em 12 de Abril de 2018, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade constituiu a sociedade "Hospital da Ordem da Trindade, Unipessoal, Lda", com um capital de 1.000 €, sendo a única sócia. Em 28 dezembro 2018, a referida sociedade foi transformada numa sociedade anónima e em simultâneo foi efetuado um aumento de capital, cuja realização foi efetuada através de entradas em espécie, passando a sua participação a ser de 1.028.923,89 € (valor nominal das ações de 499.996 € e o valor de 528.927,89 € como prémio de emissão), representativa de 99,99 % do capital. Com esta operação obteve uma mais valia de 930.300,15€.

Foi ainda celebrado, em 31 outubro 2018, um contrato de promessa de venda da totalidade das ações à José Mello Saúde, SA e Hospital Cuf Porto, SA, em que previa a venda de 46,78% das ações em janeiro de 2019. Com a venda deste ativo, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade registou nas suas contas uma mais-valia de aproximadamente 1.600.000 euros (Nota 24).

Os restantes 53,22% do capital desta sociedade serão adquiridos após o licenciamento do Hospital pela ERS e a transmissão para a sociedade da totalidade dos acordos/convenções da titularidade da Ordem da Trindade no âmbito da atividade hospitalar, o que se perspetiva que venha a acontecer durante o ano de 2021.

### 14. Ativos Não Correntes Detidos Para Venda

Dadas as fortes expetativas de que a venda da participação HOT(ver nota 13) ocorra em 2021, procedeu-se à reclassificação para a rubrica de ativos não correntes detidos para venda apresentada no ativo corrente.

Sofre (ver)

*[Handwritten signatures and initials]*  
ELEJAGLO

## 15. Caixa e depósitos bancários

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a:

- Recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflita as atividades do cliente; e
- Recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos ( p.ex.utilização e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e fating).

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidadas nas transações realizadas.

Os pagamentos ao pessoal incluem as retenções na fonte e os encargos para a Segurança Social.

São apresentados como atividade de financiamento os pagamentos de juros de empréstimos obtidos, independentemente de terem ou não sido capitalizados nos termos da NCRF 10 – Custos de empréstimos obtidos.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, os descobertos bancários não são considerados como tal, sendo considerados em financiamentos obtidos, caso existam.

### 15.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Neste âmbito, não existe nada a registrar.

### 15.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

|                                      | <u>2020</u>          | <u>2019</u>           |
|--------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Caixa                                | 6.826                | 4.026                 |
| Depósitos bancários                  | <u>89.619</u>        | <u>392.751</u>        |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa</b> | <b><u>96.445</u></b> | <b><u>396.777</u></b> |

*[Handwritten signatures and initials]*

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

|  | <u>2020</u>          | <u>2019</u>           |
|--|----------------------|-----------------------|
| <b>Numerário</b>                             |                      |                       |
| - Caixa                                      | 6.826                | 4.026                 |
| - Cheques em cofre                           | -                    | -                     |
|  | <u>6.826</u>         | <u>4.026</u>          |
| <b>Depósitos bancários</b>                   |                      |                       |
| - Depósitos à ordem                          | 89.619               | 121.651               |
| - Depósitos a prazo                          | -                    | 271.100               |
|  | <u>89.619</u>        | <u>392.751</u>        |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa (ativo)</b> | <u><b>96.445</b></u> | <u><b>396.777</b></u> |

*[Handwritten signatures and initials]*

## 16. Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica dos "Fundos patrimoniais" apresentava a seguinte decomposição:

|   | <u>2020</u>              | <u>2019</u>              |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Fundos patrimoniais:                            |                          |                          |
| * Fundo social                                  | 2 945 921                | 2 945 921                |
| * Reservas de doação                            | 1 200 474                | 1 200 249                |
| * Resultados transitados                        | 1 282 056                | 445 972                  |
| * Excedentes de revalorização                   | 20 819 357               | 20 819 357               |
| * Ajustamentos/outras variações nos fundos pat. | 1 249 939                | 642 678                  |
| * Resultado líquido do período                  | -239 740                 | 836 084                  |
|   | <u><b>27 258 007</b></u> | <u><b>26 890 261</b></u> |

De salientar que a rubrica de "Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais" tiveram no período o seguinte movimento:

|  | <u>2020</u>             | <u>2019</u>           | <u>Variações</u>      |
|--|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Ajustamentos/outras variações nos Fundos Patrimoniais: |                         |                       |                       |
| * Subsídios não reembolsáveis                          | 578.821                 | 642.678               | -63.857               |
| * Custo amortizado IFRRU                               | <u>671.117</u>          | <u>0</u>              | <u>671.117</u>        |
|  | <b><u>1.249.938</u></b> | <b><u>642.678</u></b> | <b><u>607.260</u></b> |
| <br>   |                         |                       |                       |
| Excedentes de revalorização                            | <u>20.819.357</u>       | <u>20.819.357</u>     | <u>0</u>              |

## 17. Provisões

A rubrica das provisões em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

|                     | <u>2020</u>   | <u>2019</u>   |
|---------------------|---------------|---------------|
| Outras provisões    | 31.876        | 57.725        |
| Processos judiciais | <u>15.000</u> | <u>15.000</u> |
|                     | <u>46.876</u> | <u>72.725</u> |

No ano de 2020 não foram constituídas novas provisões. No entanto, e no que diz respeito à rubrica de outras provisões, após uma avaliação dos eventuais riscos da atividade da Celestial Ordem da Santíssima Trindade, foi decidido ajustar a provisão para riscos e encargos diversos constituída em 2019 no montante 20.882 €, tendo sido já regularizados 4.967 euros.

Relativamente a processos judiciais e após avaliação da probabilidade do risco subjacente, decidiu-se manter a provisão de 15.000 €.

## 18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza, no final do exercício, é como se segue:

*Sol. Careo*

|                       | 2020         |                  |                  | 2019          |                |                |
|-----------------------|--------------|------------------|------------------|---------------|----------------|----------------|
|                       | Corrente     | Não corrente     | Total            | Corrente      | Não corrente   | Total          |
| Empréstimos bancários | 7.500        | 5.850.280        | 5.857.780        | 58.397        | 245.000        | 303.397        |
| Locações financeiras  | -            | -                | -                | -             | -              | -              |
|                       | <b>7.500</b> | <b>5.850.280</b> | <b>5.857.780</b> | <b>58.397</b> | <b>245.000</b> | <b>303.397</b> |

O projeto visa reabilitar todo o conjunto edificado da Ordem da Trindade, com particular atenção na remodelação profunda do Hospital, dotando-o de melhores condições estruturais e meios técnicos de vanguarda, que permitam aumentar a qualidade dos serviços prestados e a capacidade de resposta aos cidadãos.

Assim, no dia 6 de fevereiro de 2020, foram assinados com o BPI dois contratos de financiamento na sequência do projeto de reabilitação de infraestruturas e nas necessidades de apoio à tesouraria representando um valor de 10,6 milhões de euros:

- Financiamento de médio e longo prazo ao abrigo da linha BPI/IFRRU 2020 – Reabilitação Urbana. O montante do financiamento é 9.800 milhões de euros, dividido em 2 tranches de 4.900 milhões de euros cada, sendo uma financiada com fundos do IFRRU 2020 a 20 anos e outra pelo Banco BPI pelo prazo de 11,6 anos. A Taxas de juro associada – condições da Linha IFRRU (Euribor a 3, 6 e 12 meses, com spreads de acordo com as condições da linha, na tranche IFRRU, e Euribor 12 meses, com mínimo de 0% + 2 pp na tranche BPI. O financiamento IFRRU encontra-se mensurado ao custo amortizado, tendo o valor sido atualizado, com referência a 31 dezembro 2020, tendo por base a taxa de juro praticada para a tranche BPI, 2%, o que originou um ajustamento de 671.117 euros, que se encontra registado em "outras variações de capital próprio.

As garantias prestadas foram as seguintes:

- constituição de hipoteca sobre o prédio urbano denominado Igreja e Hospital da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, situado em Santo Ildefonso, Praça da Trindade, n.º s 150, 156, 160 e 182, Rua da Trindade n.ºs 1, 3, 9, 11, 17, 19, 23, 29, 31, 35, 51, 55, 57, 61, 65, 67, 75 e 115 e Rua dos Heróis e Mártires de Angola, n.ºs 18, 22, 26, 34, 38, 48, 52, 54, 56, 62 e freguesia de Santo Ildefonso, concelho do Porto, descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto sob o número 1556/20041028 e inscrito na respetiva matriz sob os artigos n.ºs 7884 e 8496;

b) consignação de rendimentos sobre o imóvel supra descrito, nomeadamente dos rendimentos do contrato de arrendamento celebrado entre a Ordem da Trindade e a sociedade "Hospital Ordem da Trindade", S.A.", em 31 de janeiro de 2019.

- financiamento de curto prazo apoio à tesouraria, conta corrente caucionada, no montante de 800 mil euros. A taxa de juro contratualizada consiste na Euribor 12 meses com mínimo de 0% + 1,5 pp, pelo prazo de 24 meses.

As garantias do financiamento foram as seguintes:

- a) constituição de hipoteca de segundo grau em favor do Banco BPI sobre o referido anteriormente referido;
- b) outorga de procuração irrevogável para constituição de hipoteca a favor do BPI sobre o prédio urbano situado na Avenida Rodrigues de Freitas, n.º 202, freguesia do Bonfim, concelho do Porto, descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto sob o número 6596 (Desanexado do número 7901) e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 7649.

Foram ainda contratualizados dois novos financiamentos, específicos para fazer face ao agravamento dos gastos resultantes da pandemia, recorrendo às linhas disponibilizadas para o efeito:

- Financiamento Linha de Crédito Caixa Invest Covid Negócios no montante de 150.000 euros e pelo prazo de 72 meses, nas seguintes condições:
  - Carência de capital de 9 meses;
  - 3 meses de prazo de utilização a contar da data de perfeição;
  - Amortização em 60 prestações sucessivas e iguais;
  - Taxa de juro correspondente à Euribor 12 meses adicionado um spread de 1,50%;
  - Comissão de acompanhamento de 0,25% ao ano sobre o montante em dívida e Comissão de garantia SGM;
  - Garantias - garantia autónoma à primeira solicitação prestada pela SGM destinada a garantir até 80% do capital em dívida e livrança subscrita pela Ordem da Trindade de 20%.
- Financiamento Linha de Apoio ao Sector Social - Covid 19 BPI/Norgarante, no montante de 500.000 euros e pelo prazo de 72 meses, nas seguintes condições:
  - Carência de capital de 18 meses;
  - Amortização em 54 prestações sucessivas e iguais;
  - Taxa de juro Euribor 12 meses + Spread de 2,0%;
  - comissão de acompanhamento de 0,25% ao ano sobre o montante em dívida;

- o Garantias - garantia autónoma à primeira solicitação prestada pela SGM destinada a garantir até 90% do capital em dívida e livrança subscrita pela Ordem da Trindade de 10%. Este último financiamento apenas foi disponibilizado em janeiro de 2021.

## 19. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

|                               | 2020             |              |                  | 2019           |              |                |
|-------------------------------|------------------|--------------|------------------|----------------|--------------|----------------|
|                               | Corrente         | Não corrente | Total            | Corrente       | Não corrente | Total          |
| <b>Outros credores</b>        |                  |              |                  |                |              |                |
| Credores diversos i)          | 203.992          | -            | 203.992          | 331.096        | -            | 331.096        |
| Fornec. Investimento ii)      | 859.720          | -            | 859.720          | -              | -            | -              |
| <b>Acréscimos de custos</b>   |                  |              |                  |                |              |                |
| Férias e Sub Férias iii)      | 137.020          | -            | 137.020          | 139.453        | -            | 139.453        |
| Seg social indep              | 24.000           | -            | 24.000           | 38.214         | -            | 38.214         |
| Outros acréscimos             | 84.849           | -            | 84.849           | 113.160        | -            | 113.160        |
| <b>Outras dívidas a pagar</b> | <b>1.309.581</b> | <b>-</b>     | <b>1.309.581</b> | <b>621.923</b> | <b>-</b>     | <b>621.923</b> |

- O valor afeto a credores diversos refere-se essencialmente ao valor em dívida de honorários de prestadores de serviços médicos e de enfermagem;
- O saldo mais significativo corresponde à empresa "BG – Build Grow, SA", responsável pela empreitada em curso de reabilitação do "quarteirão da Trindade";
- O valor da estimativa de férias e subsídio de férias é inferior ao do exercício anterior, em virtude de contemplar apenas as férias e subsídio de férias dos funcionários que se mantêm na Celestial Ordem da Santíssima Trindade.

Sofz Careas

## 20. Fornecedores

|                     | 2020             |              |                  | 2019             |              |                  |
|---------------------|------------------|--------------|------------------|------------------|--------------|------------------|
|                     | Corrente         | Não corrente | Total            | Corrente         | Não corrente | Total            |
| Fornecedores        | 1.210.155        | -            | 1.210.155        | 1.491.551        | -            | 1.491.551        |
| <b>Fornecedores</b> | <b>1.210.155</b> | <b>-</b>     | <b>1.210.155</b> | <b>1.491.551</b> | <b>-</b>     | <b>1.491.551</b> |

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se a empresas farmacêuticas e de âmbito hospitalar.

## 21. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como se segue:

|  | 2020             | 2019             |
|--|------------------|------------------|
| <b>Vendas de Produtos</b>                      |                  |                  |
| Mercado interno                                | 576.673          | 731.814          |
| <b>Sub-total</b>                               | <b>576.673</b>   | <b>731.814</b>   |
| <b>Prestação de Serviços - Mercado Interno</b> |                  |                  |
| Mercado interno                                | 1.957.234        | 4.238.530        |
| <b>Sub-total</b>                               | <b>1.957.234</b> | <b>4.238.530</b> |
| <b>Vendas e prestações de serviços</b>         | <b>2.533.907</b> | <b>4.970.344</b> |

O valor afeto a vendas está associado às vendas da farmácia comunitária. Relativamente ao valor das prestações de serviços, este inclui o valor dos serviços no âmbito da atividade hospitalar.

SoficCare

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Elisabete' and various initials.*

## 22. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

|  | <u>2020</u>             | <u>2019</u>             |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Subcontratos i)                          | 208.424                 | 128.449                 |
| Trabalhos especializados ii)             | 974.687                 | 2.760.407               |
| Publicidade e propaganda                 | 984                     | 2.321                   |
| Vigilância e segurança                   | 1.329                   | 2.435                   |
| Honorários                               | 464.786                 | 458.476                 |
| Comissões                                | 1.367                   | -                       |
| Conservação e reparação                  | 30.536                  | 70.168                  |
| Serviços Bancários                       | 3.252                   | 10.189                  |
| Ferramentas e utensílios                 | 7.878                   | 5.479                   |
| Material de escritório                   | 1.450                   | 3.980                   |
| Eletricidade                             | 55.441                  | 99.516                  |
| Combustível                              | 466                     | 514                     |
| Água                                     | 27.423                  | 38.473                  |
| Air Liquide Medicinal                    | 19.920                  | 23.052                  |
| Gás natural                              | 29.647                  | 34.920                  |
| Deslocações e estadas                    | 649                     | 1.263                   |
| Rendas e alugueres                       | 3.323                   | 7.743                   |
| Comunicações                             | 13.646                  | 23.618                  |
| Seguros                                  | 20.760                  | 22.350                  |
| Contencioso e notariado                  | 3.654                   | 2.441                   |
| Despesas de representação                | 20                      | 4.860                   |
| Limpeza, higiene e conforto              | 13.996                  | 4.773                   |
| Outros                                   | 9.964                   | 2.030                   |
| <b>Fornecimentos e serviços externos</b> | <b><u>1.893.602</u></b> | <b><u>3.707.457</u></b> |

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos (FSE), a redução é muito significativa face ao ano de 2019 apresentando um desvio de -48.9%, por força do forte decréscimo da atividade provocado pelas obras em curso e pela situação pandémica:

- i) A rubrica de subcontratos reflete o aumento dos gastos com refeições, contratualizadas com a Itaú na sequência das alterações produzidas pelos constrangimentos das obras em curso;
- ii) A diminuição dos serviços especializados no montante de 1.781.858 euros decorre da quebra da atividade clínica;

*Handwritten signature: Sotz Carre*

*Elisabete*  
*[Handwritten signatures and initials]*

Relativamente às restantes rubricas, as variações de maior relevo observadas são consequência da diminuição das áreas do Edifício afetas à atividade.

### 23. Subsídios à exploração

|                               | <u>2020</u>    | <u>2019</u>    |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Subsídios à exploração</b> | <u>193.022</u> | <u>209.615</u> |

Os subsídios referem-se essencialmente aos valores recebidos da Segurança Social afetas à atividade de cuidados continuados média e longa duração.

### 24. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2020 e 2019, foram os seguintes:

|                             | <u>2020</u>             | <u>2019</u>             |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Remunerações                |                         |                         |
| Pessoal                     | 989.685                 | 1.073.610               |
| Encargos sociais            |                         |                         |
| Segurança Social            | 198.773                 | 210.175                 |
| Seg. Acidentes de trabalho  | 10.780                  | 7.881                   |
| Outros gastos com pessoal   | <u>21.965</u>           | <u>16.953</u>           |
| <b>Gastos com o pessoal</b> | <u><b>1.221.203</b></u> | <u><b>1.308.619</b></u> |

O número médio de funcionários em 2020 foi de 61 e em 2019 tinha sido de 70.

*Sofia Correia*

## 25. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

|   | 2020             | 2019             |
|---|------------------|------------------|
| Rendimentos suplementares                       | 76.628           | 202.973          |
| Rendimentos e ganhos em subsidiárias i)         | -                | 1.618.667        |
| Rendimentos em investimentos não financeiro ii) | 836.322          | 158.198          |
| Correções relativas a anos anteriores           | 3.210            | 35.742           |
| Contrato promessa CUF/HOT                       | 394.583          | 307.083          |
| Outros iii)                                     | 91.484           | 177.094          |
| <b>Outros rendimentos e ganhos</b>              | <b>1.402.227</b> | <b>2.499.757</b> |

- i) Em 2019, a rubrica de rendimentos e ganhos em subsidiárias inclui a mais de valia de aproximadamente 1.600.000 € relativos à alienação 46.78% das ações da sociedade "Hospital da Ordem da Trindade, SA, conforme o referido na nota 3.16.;
- ii) Em 2020, está aqui refletido o ganho com o trespasse da farmácia comunitário no valor de 747.316 €.
- iii) Inclui o montante de 63.857 € referente ao reconhecimento do subsídio ao investimento afeto a dois projetos cofinanciados (eficiência energética e cuidados continuados), na mesma proporção das depreciações do exercício dos bens subjacentes.

## 26. Outros gastos e perdas

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

|  | 2020          | 2019           |
|--|---------------|----------------|
| Impostos                                 | 3.306         | 5.584          |
| Descontos concedidos                     | -             | 773            |
| Dívidas incobráveis                      | 3.183         | 5.144          |
| Perdas em inventários                    | 39.843        | -              |
| Abates de AFT                            | 31.599        | -              |
| Quotizações                              | 3.113         | 4.508          |
| Correções relativas a anos anteriores    | 8.035         | 37.558         |
| Gastos e perdas nos restantes inv financ | -             | 96.859         |
| Outros não especificados                 | 2.969         | 39.640         |
| <b>Outros gastos e perdas</b>            | <b>92.048</b> | <b>190.066</b> |

O valor relativo às perdas em inventários refere-se a sinistros no montante de 1.975 euros e a quebras de artigos de roupas confeccionadas em uso, mas sem utilidade, no valor de 24.015 euros e para os quais já havia sido constituída uma provisão em 2019. Por sua vez, as perdas em ativos fixos tangíveis resultam do abate de inúmeros bens sem utilidade mas que ainda não se encontravam totalmente depreciáveis, conforme o referido na nota 4.

## 27. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2020 e 2019 é como se segue:

|  | <u>2020</u>     | <u>2019</u>     |
|--|-----------------|-----------------|
| <b>Gastos financeiros</b>                    |                 |                 |
| Juros pagos e outros gastos<br>financiamento | <u>31.468</u>   | <u>18.878</u>   |
| <b>Rendimentos financeiros</b>               |                 |                 |
| Juros obtidos                                | <u>94</u>       | <u>144</u>      |
| <b>Resultado financeiro</b>                  | <u>(31.374)</u> | <u>(18.734)</u> |

## 28. Partes relacionadas

A Ordem da Trindade considera como partes relacionadas as seguintes empresas, decorrentes da sua participação no capital social da sociedade "Hospital Ordem da Trindade, SA":

| Partes relacionadas:                        | NIF:        |
|---|-------------|
| Hospital da Ordem da Trindade, SA           | 514 780 800 |
| Hospital CUF Porto                          | 508 963 150 |
| Instituto CUF – Diagnóstico e Tratamento SA | 506 123 243 |
| SAGIES Segurança e Saúde no Trabalho SA     | 502 768 118 |

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Ordem da Trindade efetuou as seguintes transações com as partes relacionadas (sem iva):

| Transações entre partes relacionadas                         | 31/dez/2020                 |                                 | 31/dez/2019                 |                                      |                                 |
|--|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|
|  | Vendas e prestação serviços | Compras e aquisição de serviços | Vendas e prestação serviços | Juros e outros rendimentos similares | Compras e aquisição de serviços |
| Hospital Ordem da Trindade<br>SAGIES-Seg. Saúde Trabalho, SA | 100 281                     | 902 910                         | 199 285                     | 1 600 000                            | 2 450 754                       |
| Instituto Cuf - Diagn. E Tratamento, Hospital CUF            | 172 704                     |                                 |                             |                                      |                                 |
|  | 117                         |                                 |                             |                                      |                                 |
| <b>Total</b>   | <b>273 102</b>              | <b>902 910</b>                  | <b>199 285</b>              | <b>1 600 000</b>                     | <b>2 450 754</b>                |

| Partes relacionadas:                    | Saldos a 31 de dezembro de 2020 |              | Saldos a 31 de dezembro de 2019 |              |
|---|---------------------------------|--------------|---------------------------------|--------------|
|   | Saldo devedor                   | Saldo credor | Saldo devedor                   | Saldo credor |
| Hospital da Ordem da Trindade, SA       | 20 025                          | 880 788      | 87 264                          | 982 625      |
| Hospital CUF Porto                      | 405                             | 318          | 405                             | 318          |
| SAGIES Segurança e Saúde no Trabalho SA | 146 151                         | 3.966        | -                               | -            |

## 29. Eventos subsequentes

Decorrente do Contrato de Trespasse entre a Ordem da Trindade e a sociedade Farmácias Santos Damião, Lda celebrado em 30 de novembro de 2020, e como consequência por não libertação do espaço passados 3 meses desta data, será devida a quantia de 3.250 euros por cada mês em que a ocupação se verifique, com efeitos a partir de 01 de março de 2021 e até ao limite de um ano.

Decorrente da alienação da farmácia comunitária e da consequente libertação do espaço, está a ser concluído um contrato de arrendamento para a instalação de uma clínica Médis.

No final de 2020 a Ordem da Trindade submeteu uma candidatura ao programa PARES 3.0, sobre a qual aguardamos decisão até ao final do 1º trimestre, com o objetivo de financiar a fundo perdido uma parte do

projeto do ERPI, uma área de aproximadamente de 1.000 m<sup>2</sup> situada no terceiro piso do edifício da Ordem da Trindade.

Face aos investimentos previstos, será celebrado em meados de 2021, um contrato de financiamento de Médio e Longo Prazo ao abrigo do Programa JÉSSICA que se destina à aquisição de equipamento no montante 500 mil euros, dividido em 2 tranches, do valor de 250 mil euros cada. Uma tranche será financiada com fundos JÉSSICA pelo prazo de 10 anos e a outra pelo Banco BPI pelo prazo de 6 anos, sendo as taxas de juros contratualizadas de 0% na tranche JESSICA, e a taxa Euribor a 12 meses, com mínimo de 0% + 1,75% na tranche BPI, respetivamente. Este já se encontra aprovado, aguardando apenas pela sua materialização.

Não existem mais acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

### 30. Informação adicional COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou de pandemia mundial provocada pelo vírus COVID-19. O Estado português por sua vez em 18 de março de 2020 declarou o Estado de Emergência em Portugal, pela primeira vez desde de 25 Abril de 1974, impondo restrições das liberdades e garantias dos cidadãos.

No quadro da contingência provocada pelo COVID 19, a Ordem da Trindade foi obrigada a tomar um conjunto de medidas operacionais para sustentar a sua operação e garantir os melhores níveis de segurança aos seus utentes e profissionais.

Essas medidas foram começando a ser implementadas em fevereiro e culminaram num primeiro plano de contingência aprovado em 8 de março de 2020. À medida que se desenrolou o quadro pandémico, a Ordem da Trindade foi ajustado o seu plano e tomando as medidas adequadas às circunstâncias e à sua população de alto risco.

Implicou também medidas de segurança adicionais na gestão dos recursos afetos principalmente aos cuidados de saúde, reorganizando os serviços de forma a mitigar a fragilização real ou potencial dos recursos humanos, devido a risco de contaminação, quarentena ou apoio à família.

Das medidas societários relevantes de proteção da instituição e defesa da continuidade importa assinalar o regime de layoff simplificado parcial de 4 colaboradores afetos ao negócio da farmácia, assim como o pagamento das contribuições para a segurança social.

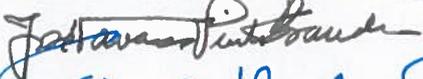
Após uma análise da situação, conclui-se que a pandemia se traduziu numa redução da atividade, com efeitos em 2020 e com reflexos no ano de 2021. O aumento exponencial, desde o início do ano de 2021, do número de casos positivos de COVID-19, obrigou o governo a endurecer as medidas adotadas para travar a progressão do vírus e, no dia 15 de janeiro, Portugal entrou novamente em confinamento geral. No decorrer de 2021, e por força das razões anteriormente explicadas, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade reconhece que as medidas adotadas tiveram em consideração a melhor informação disponível nesta data, havendo um quadro de incerteza associado à evolução futura que dependerá dos efeitos da pandemia na economia. No entanto a Mesa Administração tem a forte convicção que não afetará a manutenção da continuidade da Ordem.

Porto, 01 de Março de 2021.

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavada

A Mesa Administrativa,

  
  
  
  
E Lusa beta Saupavo e kelo  
11/3/21  
  
  
  
  
  
  
76 José Manuel Pinheiro Cabas





**ORDEM DA  
TRINDADE**

**PARECER DA JUNTA CONSULTIVA**

**ANO 2020**





Parecer da Junta Consultiva relativo à proposta da Mesa Administrativa de  
Relatório e Contas do Exercício de 2020

Nos termos dos Estatutos da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, a Junta Consultiva acompanhou com regularidade a ação desenvolvida pela Mesa Administrativa durante o exercício de 2020 e igualmente examinou o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados, os quais, ouvidos também o Revisor Oficial de Contas e a Contabilista Certificada, descrevem em nossa opinião com exatidão a situação económica e financeira desta Instituição.

1. Do ponto de vista económico, verificou esta Junta a existência de um Resultado Líquido do Exercício de 2020 negativo, no valor de 239.740 Euros, representando uma evolução desfavorável, face ao ano anterior, de 1.075.824 Euros, mas apesar de tudo favorável, relativamente ao Orçamentado, de 533.782 Euros.

A análise quantitativa das diferentes rubricas que compõem as Demonstrações Financeiras deverá ser complementada essencialmente tendo em conta:

- Os diferentes impactos decorrentes da implementação do Projeto de Reestruturação da Ordem da Trindade, aprovado na Assembleia Geral de 16 de novembro de 2018, com particular importância no exercício de 2020.
- A Pandemia Covid19 no ano de 2020 influenciou, em larga medida, negativamente, o desempenho da Ordem neste exercício, fator que também é indispensável considerar na análise aos Resultados do Exercício de 2020.



Do ponto de vista da formação dos Resultados Líquidos do Exercício, importa analisar a evolução verificada nas rubricas de Rendimentos Totais e de Gastos Totais.

Assim:

- Os Rendimentos Totais tiveram uma redução de 3.469.791 Euros (-45,2%) relativamente ao ano anterior e uma variação favorável de 84.764 Euros (+2,1%) face ao Orçamentado.
- Já no que respeita aos Gastos Totais, estes reduziram-se em 2.393.821 Euros (-35%) relativamente ao ano anterior e uma variação favorável de 449.018 Euros (-9,2%) face ao Orçamentado.

2- Relativamente à Situação Patrimonial, espelhada pelo Balanço, destacamos os seguintes aspetos:

- O Ativo registou um aumento de 6.267.355 Euros, cerca de +21,2%;
- O Passivo registou um aumento de 5.899.610 Euros, cerca de +225,1%;
- O Capital Próprio aumentou 367.745 Euros, cerca de +1,4%.

As explicações para as variações observadas, quer relativamente ao Exercício anterior, quer em relação ao Orçamento, encontram-se detalhadas no Relatório de Gestão apresentado pela Mesa Administrativa.

Esta Junta Consultiva continua convicta de que a concretização do Projeto de Reestruturação em curso viabiliza o sucesso desta Instituição centenária na prossecução dos seus Princípios e Objetivos consagrados estatutariamente



pelos seus Irmãos, permitindo assim a concretização da Missão Social que está na sua génese.

Nesta conformidade, a Junta Consultiva nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 32.º dos Estatutos, é de opinião que a Assembleia Geral:

1. Aprove o Relatório, o Balanço e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa;
2. Aprove, igualmente a proposta, constante do Relatório da Mesa Administrativa, dos Resultados Líquidos do Exercício serem transferidos para Resultados Transitados;
3. Aprove um voto de louvor à Mesa Administrativa pela dedicação e empenhamento, tendo em conta as dificuldades sentidas pelos impactos na atividade decorrentes da situação epidemiológica ocorrida;
4. Aprove, também um voto de louvor a todos os funcionários e colaboradores da Instituição, pela dedicação e empenhamento tendo em conta as dificuldades sentidas pelos impactos na atividade decorrentes da situação epidemiológica ocorrida;
5. Aprove as justas palavras de saudade dedicadas a todos os Irmãos falecidos.

Pela Junta Consultiva

O Presidente

(Dr. Carlos Manuel Antunes Mendes)





ORDEM DA  
TRINDADE

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**ANO 2020**





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 dezembro 2020 (que evidencia um total de 35.778.801 euros e um total de fundos patrimoniais de 27.258.007 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 239.740 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade em 31 dezembro 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Conforme referido nas notas 13 e 14 do anexo, o valor da participação detida na sociedade Hospital da Trindade, S.A., apresentado em exercícios anteriores na rubrica de Investimentos financeiros do ativo não corrente, foi reclassificado para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda, apresentada no ativo corrente, em virtude de o órgão de gestão estar convicto que, nos termos do acordo celebrado com o Grupo CUF, estarão reunidas as condições para concretizar a sua alienação até ao final de 2021.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

---

Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, CLC 2020



### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 26 março 2021.

(Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão, ROC 751), em representação de  
Álvaro, Falcão & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.